

# revista eletrônica **e-metropolis**

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A e-metropolis é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrópoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrópoles Prédio da Reitoria, sala 522 Cidade Universitária - Ilha do Fundão 21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932 Fax: (21) 2598-1950

E-mail:

emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:

www.emetropolis.net

#### editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

#### editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Patrícia Ramos Novaes
Pedro Paulo Machado Bastos
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

#### assistente

Daphne Besen

#### conselho editorial

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profa Dra. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profa Dra. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profa Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profa Dra Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Suzana Pasternak (FAU/USP)

# Editorial

n° 23 • ano 6 | dezembro de 2015

niciamos a e-metropolis 23 com uma reflexão sobre os meios, vetores e veículos de ação para o planejamento territorial no Brasil - esse "enorme espaço-mosaico em movimento", "simultaneamente dinâmico, heterogêneo e desigual", como o descreve o professor Carlos Brandão. O artigo Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil traz uma estimulante discussão sobre as escalas espaciais de análise e ação a serem construídas no país e a necessidade de políticas consistentes de provisão de bens e serviços em seus espaços urbanos e regionais, sobretudo aqueles mais carentes e com maior destituição de direitos e serviços coletivos.

Mais adiante, trazemos um texto que considera a importância dos estudos multidisciplinares sobre a violência para o desenvolvimento de políticas públicas. No artigo *Geografia do crime: estudo do Índice de Violência Criminalizada - IVC e da tipologia sociespacial*, o professor Pablo Lira faz uma análise da distribuição espacial da violência urbana no município de Vitória, buscando estabelecer uma correlação entre as estatísticas criminais e a organização social do território.

Em Índice de bem-estar urbano no município do Rio Grande, RS, a geógrafa Bianca Reis Ramos avalia a qualidade de vida e infraestrutura urbana no município do Rio Grande, a partir das dimensões de mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestruturas. A análise feita não pretende representar de forma estática a complexa dinâmica

social do município, mas sim busca retratar a tendência de distribuição do bem estar no espaço, demonstrando a importância da utilização de indicadores sociais para o planejamento urbano

Uma significativa parcela da literatura crítica tem mostrado que, para o capitalismo, as cidades se resumem a uma mera mercadoria e que a luta de classes se expressa e materializa no espaço urbano. A cidade é produzida coletivamente, mas apropriada por uma pequena parcela da população, aumentando cada vez mais a desigualdade e criando uma massa de sujeitos que tem negado o seu direito à cidade: o precariado urbano. Assim, o artigo de Thiago Canettieri e William Azalim do Valle, Dos excluídos da cidade à revolução urbana - definições de um novo sujeito político, pretende contribuir para o entendimento do processo de despossessão a que os trabalhadores urbanos são submetidos e apontar para a abertura de possibilidades de mudança a partir da própria cidade.

Em seguida, o ensaio fotográfico Cidade do avesso, de Maria João Gomes, Madalena Corte-Real e Marianna Monte, apresenta registros de uma estética quase invisível em Lisboa. Suas fotografias surpreendem por descortinar espaços escondidos, inesperados, discretos e íntimos, em uma poética que se aproveita de linhas retas e curvas presentes nesses instantâneos do lado de dentro e do ordinário da vida, estabelendo uma relação silenciosa, implícita e tensa com a espetacularização urbana, mesclando aparentes oposições entre urbano/rural e presente/passado.

Na seção especial, o professor

Pacelli Teodoro faz um relato sobre as motivações que o levaram a acompanhar o cotidiano de três ocupações urbanas em Minas Gerais e seus respectivos personagens. Foi assim que nasceu a ideia do documentário Isidoro - quando o discurso dissimula o cotidiano (2014), que ilustra as contradições e as controvérsias que se estabelecem entre as questões ecológicas, preservacionistas e o direito à moradia. Em *Ocupações urbanas* e retratos cotidianos, as imagens dão rosto às moradoras e aos moradores que protagonizam esse embate por mais direitos. Flagrados por um momento, esses rostos nos olham enquanto olhamos para eles. Suas vozes podem até ecoar dentro de nós. São rostos que expressam o suor e a dor da luta por direitos, mas, acima de tudo, são rostos que transbordam esperança.

Na entrevista A cidade latino--americana em seu labirinto, o professor Emilio Pradilla Cobos fala sobre uma série de questionamentos que permeia as metrópoles da América Latina na sua fase neoliberal. O caráter labiríntico, neste caso, se reflete nas diferentes temáticas percorridas por Cobos para explicar a dinâmica das nossas cidades, com especial atenção à (re)concepção dos espaços públicos e sua relação com o capital imobiliário financeiro, elemento preponderante nas políticas públicas atuais, especialmente naquelas oriundas de governos vistos como progressistas.

Voltemos à esperança – eis uma palavra valiosa. Com ela, encerramos esse editorial. E é também com essa palavra, com esse sentimento, que procuramos terminar este ano e dar boas-vindas a 2016. Aproveitamos para agradecer as pessoas que leem e divulgam a e-metropolis, as que a seguem em sua página na internet e nas redes sociais, as que submetem seus trabalhos, enfim a todas e a todos que têm tornado este um lugar de reflexão e acão.

Boa leitura! Boas festas!

# Índice

n° 23 • ano 6 | dezembro de 2015

#### Capa

O6 Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil

Transforming the provision

of goods and collective and public services in urban and regional spaces in Brazil

Por Carlos Brandão

#### **Artigos**

- 15 Geografia do crime: estudo do Índice de Violência Criminalizada IVC e da tipologia sociespacial Geography of crime: study of Criminalizing Violence Index and of socio-spatial tipology

  Por Pablo Lira
- 24 Índice de Bem-Estar Urbano no Município do Rio Grande, RS Urban Welfare Index in Rio Grande City, RS Por Bianca Reis

35 Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político From city exclusion to urban revolution: definitions of a new political individual Por Thiago Canettieri e William Azalim do Valle

#### **Ensaio**

Cidade do avesso
The inside-out city
Por Maria João Gomes,
Madalena Corte-Real e
Marianna Monte

#### **Especial**

49 Ocupações urbanas
e retratos cotidianos
Urban occupations
and daily pictures
Por Pacelli Henrique
Martins Teodoro

#### **Entrevista**

54 A cidade latino-americana em seu labirinto

The Latin-American city in its maze

Por Emilio Pradilla Cobos

#### ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica **Paula Sobrino** 

paulasobrino@gmail.com

Kevisao

Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por **Bernardo Magina**, mestrando em Artes na UERJ, artista plástico, curador, professor e empreededor. Foi assistente de atelier e parceiro de sala de aula de Orlando Mollica, além de monitor de José Maria Dias da Cruz nos cursos de teoria da cor também na EAV-Parque Lage.

bdgbernardo@hotmail.com www.cargocollective.com/bernardomagina



#### Carlos Brandão

# Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil

#### Resumo

O Brasil, um país de modernização conservadora em ritmo acelerado, dotado de elites conservadoras e retrógradas, malgrado dispor de uma das bases materiais mais potentes do planeta, não proveu direitos, serviços e bens públicos e coletivos à maior parte de suas massas populacionais. A destituição dos direitos e o baixo acesso, em quantidade e qualidade, a meios de consumo coletivo, foi a marca principal de sua trajetória histórica. Partindo de uma concepção da produção social das variadas escalas espaciais, o artigo busca privilegiar três planos escalares, meios e veículos para o planejamento no Brasil. Destaca as escalas espaciais, de análise e de ação, ausentes no país e a necessidade de implementar políticas consistentes de provisão de bens e serviços em seus espaços urbanos e regionais.

Palavras-chave: Brasil; Serviços urbanos; Escalas espaciais; Lugar; Ações públicas.

#### **Abstract**

The Brazil, a country of conservative modernization at a accelerated pace, endowed with reactionary elites, despite having one of the most potent material bases of the planet, did not provide rights, public and collective services and goods to most of its population masses. The removal of rights and low access, in quantity and quality, the means of collective consumption, was the leading brand of its historical trajectory. From a conception of social production of spatial scales, the article seeks to favor three scalar plans, equipment and vehicles for planning in Brazil. It highlights the spatial scales and action absent in the country and the need for consistent policies of provision of goods and services in its urban and regional areas.

Keywords: Brazil; Urban services; Space scale; Place; Public actions.

#### Carlos Brandão

é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor titular em Economia Urbana pela UNICAMP e coordenador do site www.interpretesdobrasil.org.

brandaoufrj@gmail.com

#### INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou uma trajetória histórica sui generis no ocidente, ao avançar suas bases materiais e apresentar processos potentes, acelerados e simultâneos com as seguintes características: modernização conservadora; industrialização truncada e incompleta (sem núcleo inovador e sem regime de financiamento de longo prazo) e urbanização desigual, sem urbanidade e com travamento e interdição do acesso aos direitos para a maioria de sua população (uma parte com as características de massa inorgânica, no sentido de Caio Prado Jr., não absorvida adequadamente pelos mercados formais do núcleo moderno capitalista). Forças sociais heterogêneas esculpiram no território nacional uma das dez maiores e mais complexas economias e sociedades nacional-urbano--industriais do planeta e uma das sociedades mais desiguais, excludentes e predatórias. Uma nação com construção travada, tendo no núcleo de seu poder uma das elites mais conservadoras e retrógradas já existentes na história mundial e uma imensa massa populacional destituída de direitos, cidadania plena e acesso adequado a bens e serviços coletivos.

Este enorme espaço-mosaico em movimento, chamado Brasil, é simultaneamente dinâmico, heterogêneo e desigual. Por um lado, apresenta mecanismos de potente dinamismo econômico, resultantes do seu engate de subordinação externa e dos efeitos de multiplicação e aceleração da renda e da riqueza, proporcionados, sobretudo, pela sua dimensão continental e pela grande massa demográfica e por sua sofisticada rede urbana, paradoxalmente concentrada e dispersa. De outro, apresenta as cicatrizes dos travamentos das reformas sociais e da interdição do acesso aos direitos para grande parcela da sociedade, marginalizada dos frutos do progresso material e excluídas dos centros de decisão.

Sob pacto de dominação conservadora, sua estrutura sociopolítica soldou um contrato social produtor de diversas expressões de desigualdades, montando uma das maiores máquinas de reprodução de assimetrias do planeta, que desativam direitos, enquanto reativam a potência espoliativa e de fuga para a frente do poder privado e a preservação dos direitos de propriedade, com precária constituição de sujeitos sociopolíticos portadores de decisões transformadoras. Consolida-se assim um espaço nacional em que todos "vivem atormentados pelo 'susto' da modernidade. Padecem da perplexidade diante dos estilos de vida e das formas de convivência impostas pela emergência do mercado e do dinheiro como formas predominantes de sociabilidade no capitalismo" (Belluzzo, 2005, p.35).

O Brasil é um país que se apresenta hoje, em grande medida, moderno, industrializado e urbanizado. Em casos clássicos de desenvolvimento econômico, quando essas três condições foram atingidas, isto é, a modernização, a industrialização e a urbanização, também se havia alcançado a prosperidade material e o bem-estar social.

— João Antônio de Paula (2015).

No século XXI, a anomia social e o Estado de excepcionalidades permanentes ganharam terreno. Mais recentemente, grassa a hegemonia da pequena política, em que as questões parciais e as alianças parlamentares e eleitoreiras, a política menor e as manipulações midiáticas ameaçam as conquistas sociais, por exemplo, da Constituição de 1988. Além do esgotamento do padrão de acumulação e de seu regime de regulação, ocorreram mudanças profundas no "padrão de sociabilidade".

Em países enormes e heterogêneos como o Brasil, é crucial promover o suporte infraestrutural da provisão de bens e serviços públicos essenciais e de uso coletivo para a consolidação de uma sociedade de direitos de massas, que busque ofertar, de forma adequada e territorialmente, o acesso aos direitos sociais (acesso à saúde, educação, seguridade social, transporte urbano de alta densidade, moradia, saneamento, aprendizado etc.).

Iniciando por algumas rápidas lembranças teóricas sobre espaço e escalas, este ensaio parte de uma concepção da produção social das escalas espaciais, buscando privilegiar três planos escalares e discutir os três meios e veículos mais adequados para o planejamento espacializado e inclusivo do Brasil. Destaca as escalas espaciais, de análise e de ação, ausentes, a serem construídas no país e a necessidade de políticas consistentes de provisão de bens e serviços em seus espaços urbanos e regionais, sobretudo os mais carentes e com maior destituição de direitos e serviços coletivos.

#### ESPAÇO E SUAS ESCALAS: PLANOS ESCALARES, MEIOS E VEÍCULOS PARA O PLANEJAMENTO

As interpretações conservadoras veem o espaço como receptáculo e abrigo de locação de atores-objeto e suas decisões individuais. O espaço é visto como uma plataforma homogênea harmoniosa e passiva, em um plano geométrico dado. Assentadas em modelos teóricos nitidamente a-históricos e a-escalares, estas interpretações concebem o espaço como ente sem moldura ou contexto e sem ambiente constru-

ído por forças sociais e políticas. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação do espaço.

Ao contrário desta visão, na realidade concreta, o espaço é uma produção social contestada e disputada. É tradução e objetivação da divisão social do trabalho posta na sociedade. É ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos em disputa de sujeitos sociopolíticos situados. É lócus de embate de projetos alternativos rivais em confrontação e contraponto de representações, sentidos e significados sociais e políticos. É unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. Portanto, a área do planejamento urbano e regional é aquela das análises dos conflitos que se estruturam e das lutas que se travam em torno do ambiente construído socialmente.

Na mesma chave analítica, por ser uma dimensão do espaço, as escalas espaciais não podem ser vistas tão somente em sua dimensão ordenada cartográfica-analógica-métrica, estática, mecanicista e geometral, tomadas como mera relação de proporcionalidade, dotadas de representação e comensurabilidade de medidas de tamanho e enquanto entidades fixas. Não podem ser tomadas enquanto unidades imutáveis ou permanentes.

Escalas espaciais são inerentemente inexatas e dinâmicas, pois são inscritas e esculpidas em determinado espaço e erguidas ou erigidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais. Devem ser vistas enquanto instâncias e entidades em que a vida social é organizada e reproduzida dinamicamente

Há uma longa tradição nos estudos sobre escalas espaciais nas Ciências Sociais. Está consolidado em grande parte da literatura crítica uma distinção, uma primeira aproximação, mais de natureza didática, entre: 1) escala, como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico, prisma e campo de observação; 2) escala, enquanto categoria da prática, plano discursivo e narrativa, campo e instrumento de projetos e estratégias de desenvolvimento que se encontram em disputa. O desafio é simultaneamente científico e político: procurar definir o que cada escala pode revelar cientificamente e com que meios, mecanismos e instrumentos políticos cada escala pode contar para mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar ou controlar.

Como "categoria e unidade de análise", a investigação teórica e empírica da escala, enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas, passou a tomá-la sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional,

contestável, processual e contingente, passando a ser interpretada como lócus e veículo *in situ*, através dos quais as relações socioespaciais se estruturam e operam.

Deste modo, a escala espacial, socialmente produzida, passou a ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. A escala de observação pode trazer a mais pertinente elucidação desses fenômenos (Castro, 1995).

Como "categoria da prática", a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo-prisma ou campo de luta social pelo controle de determinado espaço. Como modo particular de acumular, organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos), a "política de escala" se manifesta na constituição de arenas e instâncias, em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando acionar instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo esse ângulo-prisma. Ou seja, escala espacial é também arena política e lócus do exercício de poder e hegemonia, que permite desvendar e antepor poderes diversos. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. È preciso tomar escala como representação, em que atores e sujeitos politicamente constituídos buscam dar determinado sentido simbólico e material às suas ações e decisões.

A discussão das escalas deve ser incorporada ao processo de planejamento. O território, e suas múltiplas escalas, pode cumprir o papel de lócus e catalisador da articulação, da integração, da elaboração e da implementação da ação pública estruturante e pode, ainda, dar maior consistência a estratégias de desenvolvimento mais duráveis.

O Brasil precisa romper com sua trajetória histórica perversa de ter construído persistentes privilégios para uma minoria e destituído de direitos *lato sensu* e marginalizado a maior parte da sua população dos benefícios do progresso técnico e material e do acesso aos serviços sociais públicos básicos, o que travou a construção civilizatória de um mínimo de homogeneização social. O país montou, ao longo de sua história, um padrão perverso de desenvolvimento para o desfrute de 1/5 da sociedade, enquanto interditou os direitos plenos a esses benefícios por parte dos outros 4/5. Tal situação precisa ser revertida.

Desde Brandão (2008), propusemos que o planejamento no Brasil deveria incorporar uma visão das escalas espaciais que tivesse pelo menos os seguintes níveis e movimentos (para cima e para baixo) nos planos analíticos escalares:

- 1. Do plano escalar sul-americano ao nacional;
- 2. Do plano escalar nacional ao mesorregional;
- Do plano escalar mesorregional ao microrregional / supralocal / lugar / sítio.

Assumimos que esta concepção não poderia ser mecânica e linear. Além do movimento reverso, que deveria partir do sítio se dirigindo ao nacional, variados nexos interescalares paralelos deveriam ser estabelecidos e acionados pelas políticas públicas, através de alguns meios e veículos a serem privilegiados nesta ação.

No "Estudo da dimensão territorial para o planejamento" CGEE/MPOG (2008), elaborado por Bertha Becker, Tania Bacelar, Clélio Campolina, Carlos Brandão e Antônio Galvão, foram propostos pelo menos três diferentes meios e veículos do planejamento territorial:

A. Sistema de Infraestrutura, que amplia a acessibilidade/mobilidade dos agentes e se desdobra em um conjunto de redes infraestruturais, sendo a principal referência para o plano escalar do continente sul-americano ao nacional;

**B.** Sistema de Cidades, que organiza a estrutura e a rede urbana e responde pelo essencial das possibilidades de conexão das aglomerações urbanas no plano escalar do nacional ao mesorregional e seus macropolos;

C. Sistema de Oferta de Bens e Serviços e a Provisão de Infraestruturas de Utilidade Pública, referente ao perfil produtivo e base de interação espacial, estabelecendo padrões de especialização dos territórios, que estruturam o plano escalar que vai do mesorregional e microrregional e atinge o local e seu supralocal imediato e se cristaliza no lugar, no sítio, no plano da vida cotidiana.

Muito esquematicamente, em um esforço analítico, certamente de simplificação da complexidade do real-concreto, construímos o seguinte quadro metodológico (Quadro 1).

1 – Quanto ao primeiro plano escalar, foi sugerida ênfase nas conexões estruturais promovidas pelo suporte infraestrutural, buscando a integração física nas escalas continental e nacional. As políticas públicas deveriam ser orientadas pela coesão físico-territorial nas escalas correspondentes à América Latina e ao Brasil.

A - O Sistema de Infraestrutura permite o acesso e é a principal referência que poderia reforçar a interação espacial, sobretudo através das conexões das redes técnicas de transporte e telecomunicações, e lograria a coesão física e socioeconômica do território nessas escalas. Na periferia do capitalismo, esse suporte infraestrutural tem o permanente desafio de conciliar a universalização dos serviços básicos com a oferta de serviços sofisticados, pautados no resgate da capacidade de planejamento de longo prazo, na justiça social e na justiça territorial.

O princípio heurístico e analítico que permite conceber ações articuladas de planejamento territorial é o da interregionalidade, que expressa a co-

Quadro 1

Escalas Espaciais e Planos Escalares	Meios, Vetores e Veículos da Ação	Princípios heurísticos e analíticos	Conceitos Privilegiados	Ancoragem e Articulação/Diálogo Para Baixo e Para Cima dos Níveis de Governo Construção de Interinstitucionalidades	Natureza da Coesão
Do Continental ao Nacional	Sistema de Infraestrutura	Interregionalidade	Integração	União	Coesão Físico- produtiva
Do Nacional ao Mesorregional	Sistema de Cidades / Rede Urbana	Interurbanidade Relações interfederativas	Polarização	Estados	Coesão Econômica
Do Mesorregional ao Microrregional, supralocal, lugar, sítio	Provisão Bens/ Serviços Públicos e Coletivos Essenciais	Inter-ramificações setoriais e Intersetorialidade (das políticas públicas) materializadas no lugar	Homogeneização Social (Habilitação e construção da Cidadania)  Contra- hegemonia de base	Municípios	Coesão Social

erência no território dos processos socioeconômicos de integração físico-produtiva e promoveria o fluir coerente dos circuitos, fluxos e espaços de circulação e reprodução da atividade econômica, configurando certa armadura territorial que organiza estratégica e estruturalmente o espaço social, espaços de circulação e reprodução da atividade econômica e de suas estruturas decisórias. Trata-se de centrar a abordagem na articulação, coesão e integridade dos processos que se dão em determinado espaço, explicitando seus mecanismos de coordenação e regulação, engendrando uma coerência estruturada. É preciso reconhecer no território os mecanismos de coordenação, os modos de integração econômica através dos quais os vários elementos na produção são reunidos, e as diversas atividades socialmente organizadas e produzidas da sociedade são unidas em um todo coerente e coeso.

2 – Quanto ao segundo plano analítico proposto, aquele que transita do plano escalar nacional ao mesorregional e seus polos urbanos principais, o destaque são as conexões das estruturas e redes urbanas, colocando a ênfase nas polarizações e centralidades. O estudo Regiões de influência das cidades dá uma primeira aproximação a este plano analítico.

B – O Sistema de Cidades organiza a estrutura e a rede urbanas brasileiras e engendra as potencialidades de interconexão de suas principais aglomerações espaciais e assentamentos humanos. Este sistema organiza a estrutura e a rede urbanas e engendra as potencialidades de interconexão das principais aglomerações espaciais humanas. De acordo com o IBGE/REGIC (2007), a rede de cidades é a estrutura que organiza o território e é o substrato que o condiciona, sobre o qual atuam as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade.

O princípio heurístico e analítico concebido para este plano escalar foi o da interurbanidade, capaz de demonstrar a posição em uma divisão interurbana e intraurbana do trabalho social, revelar as formas de sociabilidade urbana em dado recorte espacial e as posições dos diversos espaços urbanos em uma relação hierárquica superior e averiguar as estruturas e hierarquias que conformam as relações e interações entre os diversificados espaços sociourbanos. Nesse plano, coloca-se ênfase nas articulações intersetoriais desde dentro da rede urbana e com as diversas dinâmicas regional, rural e da urbanização em cada território, integrando a matriz de relações intersetoriais com a matriz de relações interurbanas. A interurbanidade demonstra a posição em uma divisão interurbana e intraurbana do trabalho social, sendo assim, revela as formas de sociabilidade urbana em dado recorte espacial e as posições dos diversos espaços urbanos em uma relação hierárquica superior.

É preciso averiguar recorrentemente as estruturas que conformam a interurbanidade, as relações e interações entre espaços sociourbanos e sua posição no concerto de uma divisão interurbana e intraurbana do trabalho social, conformando uma determinada sociabilidade urbana em variados planos e dimensões espaciais. Pensar dinamicamente a natureza das formas urbanas de organização social, a reprodução social da existência da vida material que se projeta no espaço urbano. Projeção que, por sua vez, se processa desde dentro da rede urbana e do sistema de cidades regionais, desde o espaço interno da cidade até seu hinterland.

A rede urbana é constitutiva e constituinte, integrante e estruturadora/articuladora do movimento e da dinâmica da região. É preciso estudar suas permanências, rupturas, normas e ritmos, seu regime de expansão, questionando sua inserção e posição nos sistemas e complexos de cidades existentes em várias escalas espaciais.

3 – Quanto ao terceiro plano escalar aqui proposto, aquele que vai da escala microrregional, supralocal e atinge o lugar, o sítio, ressaltam-se a estruturação de uma adequada oferta de serviços e infraestruturas de utilidade pública, aptas a reforçar os efeitos dinâmicos e modificar o formato e as modalidades da chegada (com solidez, estabilidade e consistência) da ação pública no território, com plasticidade, em sua escala espacial menor.

C – O Padrão de Oferta de Bens e Serviços tem potencialmente a possibilidade de ser veículo para a habilitação e a homogeneização sociais. Tal padrão pode se transformar na principal base para a devida adequação do perfil produtivo e para a interação espacial que construam cidadania e coesão social. A provisão com qualidade, que instale a habilitação cidadã deve ter por base os serviços de utilidade pública enquanto meios de reprodução, de consumo coletivo, ou seja, instrumentos auxiliares na formação ampliada das forças e capacidades produtivas e inovativas humanas, que promovam ações universalizantes e de criação de patamar adequado de homogeneidade social, pela via da construção de habilitação e das inovações sociais e institucionais.

O território deve ser o espaço-resultante, o imediato sensível, localizado, da implementação das políticas públicas eficazes. Serão necessárias aproximações sucessivas e ingresso no sítio para atingir adequadamente o lugar (*place*), o sítio, em que a atuação pública é mais necessária, sobretudo nas porções territoriais mais débeis. O lugar é a expressão das singularidades que precisam ser captadas nas ações públicas emancipatórias e é o lócus último da efetivação e da efetividade dessas ações.

# PROVER UM ADEQUADO PADRÃO DE OFERTA DE BENS E SERVIÇOS PARA ENFRENTAR A DESTITUIÇÃO DE DIREITOS E AS DESIGUALDADES NAS ESCALAS MICRORREGIONAL, SUPRALOCAL E DO LUGAR

Em países tão grandes, desiguais e heterogêneos como o Brasil, o desafio de transformar, ao longo da trajetória histórica, o padrão de oferta de bens e serviços e a provisão de infraestruturas de utilidade pública e inovativas é tarefa hercúlea. A ação pública deve executar estratégias coletivas no sítio-lugar, instilando no espaço-tempo da (con)vivência cotidiana uma cultura permanente de transformação pedagógica-politizante.

É necessário promover políticas redistributivas (não apenas focalizadas e compensatórias), que tenham capacidade de engendrar assimetrias virtuosas, de forma difusa e pervasiva, geradoras de combates frontais às heterogeneidades estruturais e aos mecanismos socioeconômicas de destituição, exploração e marginalização. Ações que logrem enfrentar a potência e a persistência das estruturas de dominação política e de produção das múltiplas expressões de desigualdades presentes nos territórios.

Essas ações exigiriam o aprimoramento da capacidade de interveniência do Estado em ambientes institucionais e econômicos refratários ou pouco capacitados / aptos a absorver e enraizar processos dinâmicos. Além do mais, a ação estatal no espaço se processa instável e contraditoriamente e o Estado é atravessado por dinâmicas e interesses contraditórios. Há forças contraditórias em disputa, seja nas conjunturas de roll back (momento destrutivo da regulação passada), seja em conjunturas de roll out (momento de montagem proativo da re-regulação). Barcellos (2015) discute os projetos de "reescalonamento do Estado", em seus momentos roll back e roll out. Este debate é decisivo para as ações espaciais estatais. O Estado, em sua ação espacial, deve provocar e dar impulso a ações concretas que busquem o abandono de atitudes acomodatícias por parte da população local, procurando institucionalizar o envolvimento e promover o diálogo e a concertação contratualizada de interesses, a fim de criar elementos políticos redutores de incertezas e neutralizadores de fatores de instabilidade, oportunismos e ciclos políticos, além de engendrar novos instrumentos de geração de escolhas públicas e coletivas para a solução de problemas específicos, impulsionando a criatividade social, com aderência, plasticidade e pragmatismo com lugares específicos. Deve apoiar segmentos prioritários de grande capilaridade espacial ligados aos complexos de saúde e educação, habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos, energias renováveis, agricultura e processos produtivos de baixa intensidade de uso de recursos naturais e energia, entre outros, decisivos em países como o Brasil, que requerem redobrado esforço de inversão em serviços públicos de natureza social e coletiva, em utilidade pública, isto é, em Capital Básico Social e em atividades indiretamente produtivas. Fomentar tecnologias sociais que atendam demandas dos setores sociais mais necessitados, especialmente em temas como segurança alimentar e nutricional, energia, habitação, saúde, saneamento, meio ambiente, agricultura familiar, geração de emprego e renda e inserção de jovens.

Além disso, é necessário enxertar implantes diversificadores e elos de cadeias e circuito de ofertas transformativas de situações cristalizadas nos espaços mais destituídos de direitos, realizando inversões pulverizadas densificadoras e enraizadoras de dinamismos, antes ocultos ou latentes e agora aptos a serem revelados por estratégias de planejamento territorial.

Certamente, a atuação na escala menor, na extremidade, no sítio, no evento, no espaço cotidiano, no lugar, "na ponta", é decisiva para o êxito ou fracasso dessas políticas. Nesse sentido, é importante identificar e qualificar os limites e as potencialidades de construção de estratégias de desenvolvimento que possam avançar maiores níveis de integração e coesão social, físico-territorial e econômica do país nos próximos anos, valorizando o trunfo de nossa diversidade e a criatividade e complexidade do nosso processo de urbanização.

Se o capitalismo engendrou capacidades para circular e sustentar a dinamicidade dos fluxos de bens e informações na urbanização que sustenta a circulação de capital (Brenner, 2015), seria preciso fortalecer o contraponto da mobilidade socioespacial dos de baixo e lutar por fazer circular em quantidade e qualidade os meios coletivos e de cidadania contra-hegemônicos, fazendo com que as pessoas tenham "controle sobre condições que governam suas vidas".

Muitas questões complicadas acabam surgindo sobre a forma de urbanização na qual estamos vivendo atualmente diante do conflito de se defender justiça social, igualdade e democracia, isto é, de que as cidades devem ser construídas e transformadas socialmente, num contexto em que elas são, na verdade, construídas e transformadas "de cima para baixo" através de empresários, gestores ou membros da elite. Neste sentido, pressupõe-se que as pessoas não tenham controle sobre as condições que realmente governam suas vidas cotidianas" (...) "Seria necessário forte engajamento das pessoas

na busca coletiva para apossar-se do controle de apropriação das suas condições de vida" (...) "lutar contra essas forças a fim de ganharem controle sobre o mundo no qual vivem a partir de processos coletivos. (Brenner, 2015, p. 61-62).

O esforço de grande transformação da situação socioespacial brasileira deve ser articulada simultaneamente em variadas dimensões (tecnológica, produtiva, social etc.), em várias escalas espaciais (no lugar, na micro, meso e macrorregião, e nos espaços nacional, continental e internacional), coordenando diferentes níveis de governo (União, estados e municípios) e tendo por base múltiplas institucionalidades e diversificados sujeitos sociopolíticos.

Deve-se pretender, com tais políticas, a "recomposição territorial" através da ação planejada; a reconstrução de espaços públicos e dos canais institucionalizados de participação e a criação de variadas arenas que possam aglutinar e dar vazão aos diferentes interesses.

Vem dos ensinamentos do pensamento crítico latino-americano uma interessante visão de que o processo de desenvolvimento implica necessariamente um conjunto de mudanças materiais, sociais, simbólicas e mentais pelas quais o aparato de produção e reprodução de determinado país é articulado e acoplado à vida concreta de sua população, de tal modo que o aparelho econômico libere o produto que fique a serviço da população, em vez de lhe ser alheio. Esta seria a "essência de desenvolvimento", envolvendo simultaneamente as coesões econômica, espacial-territorial e social, garantindo a equidade das oportunidades, mas, sobretudo, a universalização dos direitos. Para sua construção, seria preciso avançar em ações sistêmicas que possam construir a aderência e a coerência entre o perfil produtivo e ocupacional, a base de interação espacial e a coesão social. Neste sentido, o Brasil necessita construir estratégias e instituições capazes de conectar os canais de interação entre crescimento econômico, integração territorial, construção de cidadania social, ciência, tecnologia e inovação e aprimoramento de capacidades humanas emancipadoras. Só assim, poderá romper a histórica e persistente marginalização da maior parte da população brasileira dos benefícios do progresso técnico e do acesso aos serviços sociais públicos coletivos básicos para a adequada construção da almejada homogeneização social, ainda mais nessa conjuntura de brutalidades e intolerâncias. A eterna dupla tarefa da nação brasileira (combater suas desigualdades e valorizar suas diversidades) nunca foi tão atual.

Foi consagrado desde o texto do PPA 2004/2007 a urgência em se transformar profundamente o padrão de oferta de bens e serviços e de provisão de infraestruturas sociais de utilidade pública. Com o PAC, em seu segmento Infraestrutura Social e Urbana (saneamento, habitação, metrôs, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos), promoveram-se importantes inversões públicas e privadas, contudo, carentes de diálogo e coordenação entre elas. Poder-se-ia ter avançado em maior consistência e articulação das múltiplas interfaces entre o Sistema Nacional de Fomento (BN-DES, CEF, BB, BNB etc.), o Sistema de Proteção e Provisão de Bem-Estar Social, o Sistema de Aprendizado / Educação / C,T&I e o Sistema Nacional de Políticas Urbanas, Rurais e Regionais. O certo é que a mudança no Padrão de Oferta de Bens e Serviços tem potencialmente a possibilidade de reforçar os efeitos dinâmicos e sinérgicos entre estes sistemas (alguns deles ainda precários em sua estruturação). Como simples exemplos, entre muitos outros de caráter sistêmico que poderiam ser lembrados, existia a possibilidade de ter articulado melhor suas políticas de C,T&I e industriais em torno de equipamentos de monitoramento de água, de mobilidade urbana de massa, de saúde, de lazer, de cultura; deveria ter-se aplicado maior impulso às ações educativas, artísticas, de prevenção de doenças, pedagógicas-politizadoras, deveriam ter sido melhor articuladas, através de postos e pontos de atendimento, eventos, utilização de espaços físicos como escolas, arenas e estádios de futebol, rádios comunitárias, emissoras públicas, clubes etc., em uma ação pública de indução massiva, catalisadora e integrada no terreno da vida cotidiana, a começar pelas áreas mais carentes dos espaços urbanos e rurais de cada região brasileira. Na verdade, estes exemplos e outros visam a demonstrar que não deveria haver contradição, mas antes complementaridade, entre ações exigentes de tecnologias avançadas e de ponta e ações que reclamam antes tecnologias sociais e mobilização, ativismo e agito socioculturais.

Obviamente, há a consciência dos limites da proposta aqui realizada, pois existem vários constrangimentos das escala da vida cotidiana, no espaço familiar e do lar:

Tanto pelas consequências da desorganização familiar sobre o sistema de bem-estar das pessoas involucradas, como por seus efeitos sobre a estrutura social, um dos problemas principais que abordam as políticas de família é encontrar a forma de contribuir-se para a constituição e consolidação de unidades que possam cumprir funções de socialização adequadas às exigências das sociedades atuais. Sem dúvida, as situações mais graves de carência a esse respeito se concentram nos estratos populares urbanos, [em que] não só é preciso criar condições que facilitem o acesso aos recursos materiais, [mas também] apoiar uma repartição

mais equitativa do poder de decisão intrafamiliar. (Katzman, 2015, p.12).

Propõe-se aqui formas emergenciais, um verdadeiro "tratamento de choque" na provisão de direitos, com adequadas quantidade e qualidade, que promovam a habilitação cidadã, com base na oferta incisiva, concentrada e enfeixada de bens e serviços de utilidade pública, enquanto meios de reprodução da vida social, infraestruturas sociais e meios de consumo-direitos coletivos, ou seja, instrumentos auxiliares na formação ampliada das forças e capacidades produtivas e criativas-emancipatórias humanas, que possam desatar e mobilizar ações universalizantes e de criação de patamar adequado de homogeneidade social, pela via da construção da habilitação e das inovações sociais e institucionais. Devem ser acionados, apoiados e articulados setores e segmentos prioritários de grande capilaridade espacial, ligados aos complexos de saúde, educação, habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos, energias renováveis, agricultura e processos produtivos de baixa intensidade de uso de recursos naturais e energia, entre outros. As ações de indução pública e coletiva devem ultrapassar a simples lógica fragmentária, "setorialista" e compartimentada, promovendo a capacidade articuladora do tecido sócio-produtivo--territorial, ao lado de impulsionar os adequados engate e conexão de aparelhos produtivos localizados e a distribuição de riqueza e renda, habilitando e distribuindo territorialmente direitos sociais aos cidadãos. Essa ação de conjunto do Estado brasileiro deveria partir de uma visão de "não inventar a roda" (não propor, de início, nem novas políticas públicas, nem novas instituições), mas partir do que já se tem disponível (alguns ativos, capacitações e recursos ociosos ou latentes) em cada território: Equipamentos, ações e iniciativas já existentes, identificação de lideranças, agentes de transformação e novas lógicas de participação etc. Seria importante utilizar institucionalidades já disponíveis, capacitando-as para a nova tarefa, por exemplo, os CRAS — Centro de Referência da Assistência Social. Antes de tudo, cabe construir um "efeito demonstração" da presença robusta e benfazeja do Estado no território (a população precisa sentir "de que lado estão os aparelhos estatais"!). Esta ação deveria partir da própria Presidência da República, através de sua Secretaria-Geral.

Em suma, é urgente prover o suporte adequado de bens e serviços públicos básicos, essenciais e coletivos, transformando o formato e as modalidades de chegada (com solidez, estabilidade e consistência) do Estado no território, com plasticidade e resiliência, no chão das práticas cotidianas e do imediato sensí-

vel, das experiências localizadas, no lócus específico de reprodução social das "pessoas de carne e osso". Urge realizar a provisão desses bens e serviços para a consolidação de uma sociedade de consumo e de direitos de massa, que logre acessar (territorialmente) plenamente direitos sociais e cidadania (saúde, educação, seguridade social, transporte urbano de alta densidade, moradia, saneamento, aprendizado etc.). Do mesmo modo, é fundamental prover infraestruturas sociais que aperfeiçoem habilidades e propiciem habilitações. É preciso construir a atuação com alta efetividade do Estado brasileiro, por meio de institucionalidades, instrumentos e mecanismos que, capilarmente, difundam, concretizem e enraízem ações de Estado em todo o vasto território nacional. Operacionalmente, serão necessárias aproximações sucessivas e ingresso adequado no sítio para atingir adequadamente o lugar (place), em que a atuação pública é mais necessária, sobretudo nas porções territoriais mais débeis. O lugar / cotidiano é a expressão do singular que precisa ser captada nas ações públicas emancipatórias e é o lócus último da efetivação e da efetividade dessas ações. Os "estoques" e "fluxos" de bens, infraestruturas, funções e serviços, agentes de transformação dessas áreas, precisam ser identificados rapidamente. Pelo interior do Brasil, a rede de cidades médias deverá ser utilizada na implementação da estratégia, criando o supralocal (na hinterlândia do centro urbano intermediário). Nos grandes centros metropolitanos, deveria ser centrado em suas periferias e nas áreas mais densas demograficamente e com maior carência de equipamentos urbanos. Nos espaços rurais e regiões isoladas a ação teria que guardar muitas especificidades. Deveria ser dada atenção especial às cidades pequenas e espaços rurais, distantes de outras cidades mais bem equipadas, buscando-se atender às demandas por serviços sociais, mesmo que os contingentes populacionais sejam pouco expressivos. O certo é que as interurbanidades, interruralidades e interinstitucionalidades precisam progredir em renovadas formas de sociabilidade e reciprocidades urbanas e rurais, que precisam ser acionadas e revolvidas, gerando Plataformas Territoriais de Articulação da Cidadania em todo o Brasil, em uma grande mobilização nacional cidadã, pedagógica e politizadora, neste momento dramático e reacionário da vida nacional.

#### REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Marcos (2015). Neoliberalização do Estado no Brasil: uma interpretação multiescalar. *E-metropolis*, n. 21, ano 6, julho, pp. 6-20.

- BELLUZZO, Luiz G. M. (2005). A máquina de necessidades. *Carta-Capital*. São Paulo, 8 de junho.
- BERCOVICI, Gilberto (2015). A questão social, a Constituição de 1988 e os desafios do desenvolvimento. p.77-83. In: SOUZA, Pedro (org.). *Brasil, sociedade em movimento*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado.
- BRANDÃO (2008). Orientação metodológica do "Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento" CGEE/MPOG (2008)
- BRENNER, Neil (2015). Em prol de uma reconsideração do urbano e seu impacto global. *E-metro-polis*, n. 22, ano 6, setembro, pp. 58-67.
- CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CAS-

- TRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C. e COR-RÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CGEE/MPOG (2008) "Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento". Brasília: CGEE.
- IBGE/REGIC (2008). Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE.
- KAZTMAN, Ruben (2015). Por que os homens são tão irresponsáveis?. *E-metropolis*, n. 20, ano 6, março, pp. 6-12.
- PAULA, João Antônio (2015). Brasil: passado e future. In: SOUZA, Pedro (org.). *Brasil, sociedade em movimento*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado.

#### Pablo Lira

## Geografia do Crime

estudo do Índice de Violência Criminalizada - IVC e da Tipologia Sociespacial

#### Resumo

Este artigo consiste em uma análise da distribuição espacial da criminalidade violenta no território da capital capixaba. A partir de ideias e contribuições de várias correntes do pensamento sócio-espaço-temporal, a saber, Urbanismo, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Economia, Criminologia e Arquitetura, este trabalho apresenta a distribuição espacial da violência urbana, construindo, sintetizando e geoprocessando o Índice de Violência Criminalizada (IVC). Tabelas, construídas a partir de dados adquiridos junto aos bancos de dados oficiais, e Mapas, confeccionados no ambiente de trabalho do Sistema de Informação Geográfica (SIG), facilitaram a representação do escopo do estudo. Assim, pretende-se discutir algumas hipóteses que buscam explicar a lógica da distribuição espacial da criminalidade violenta na capital do estado, Vitória, na perspectiva da tipologia socioespacial, desenvolvida no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles.

*Palavras-chave:* Geografia do crime; Índice de Violência Criminalizada (IVC); Tipologia socioespacial; Análise espacial; Sistema de Informação Geográfica (SIG).

#### **Abstract**

This paper presents an analysis of the spatial distribution of violent crime in this state of Espírito Santo. Through ideas and contributions of various currents of thought social-space-time, for example, Urbanism, Geography, History, Philosophy, Sociology, Economics, Criminology and Architecture, this researching presents the spatial distribution of urban violence, constructing, summarizing and geoprocessing the Criminalizing Violence Index (IVC). Tables, settings by information from official database, and maps, settings with Geographic Information Systems (GIS), help the representation of paper's objectives. Therefore, we intend to discuss some hypotheses that tries to explain the spatial distribution of criminalizing violence in capital of state, Vitória, in point of view of the socio-spatial typology, developed within the research network of the National Institute of Science and Technology - INCT Metropolis Observatory.

*Keywords:* Geography of crime; Criminalizing Violence Index (IVC); Socio-spatial typology; Spatial analyze; Geographic Information System (GIS).

#### Pablo Lira

é especialista do IJSN/ES, coordenador do Núcleo Vitória do Observatório das Metrópoles e professor do Mestrado Profissional de Seguranca Pública UVV.

pablo.lira@ijsn.es.gov.br

#### **INTRODUÇÃO**

O aumento das ocorrências criminosas no Brasil tornou inegável a importância dos estudos sobre violência. Com base no sistema de informação da Organização Mundial da Saúde (OMS), constata-se que, no ano de 2004, entre 84 nações selecionadas, o Brasil ocupou a 4ª posição no *ranking* da taxa bruta (TB) de homicídio. Com a taxa de 27 assassinatos por 100 mil habitantes, o país somente apresentou situação favorável em relação à Colômbia, Rússia e Venezuela, regiões que possuem sérios problemas de repercussão internacional: Conflitos bélicos e políticos, atuação de esquadrões da morte, cartéis do narcotráfico e/ou comércio ilegal de armamentos pesados (WHOSIS, 2006, on-line).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 1980 foram registrados no Brasil e Espírito Santo, respectivamente, 11,7 e 15,1 homicídios por 100 mil habitantes. Passados trinta anos, em 2010, essas mesmas taxas mais que dobraram para o caso brasileiro (27,4 homicídios por 100 mil habitantes) e mais que triplicaram para o caso capixaba (51,0 homicídios por 100 mil habitantes), evidenciando a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal. Tal planejamento deve ser norteado por indicadores e estudos estratégicos.

Segundo Molina (1997), os dados estatísticos e indicadores relativos à criminalidade violenta devem dar suporte tanto às intervenções de repressão qualificada por parte do Estado, quanto às políticas públicas e ações da sociedade voltadas para a prevenção primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), prevenção secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, sistema de vídeo-monitoramento, policiamento ostensivo, entre outros) e prevenção terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional). Esta é uma cartilha básica de boas práticas no campo da Segurança Pública e Justiça Criminal que vem mostrando resultados positivos desde a década de 1990, como mostram as experiências dos programas e ações implementadas em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e em Bogotá, na Colômbia.

Para Beato (2012), nas últimas três décadas no Brasil, a proposição de políticas públicas de segurança evidenciou um movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. Segundo o referido pesquisador, a ideia de reforma social:

[...] decorre da crença de que o crime resulta de fatores socioeconômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. Essa deterioração das condições de vida traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens de serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com subgrupos desviantes. Consequentemente, propostas de controle da criminalidade passam, inevitavelmente, tanto por reformas sociais de profundidade como por reformas individuais, no intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade (Beato, 2012, p. 39, grifo nosso).

Outra característica das políticas públicas brasileiras de segurança pública, sobretudo de alguns estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pernambuco e Espírito Santo), é a priorização no controle e prevenção dos homicídios, crime de maior impacto na sociedade e que ainda gera maior clamor social, mesmo em tempos de banalização da violência e da vida.

Além dos homicídios, que representam o nível extremo que a violência pode alcançar, outros tipos de criminalidade violenta, como tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaça, estupro, roubo, furto e tráfico de drogas ilícitas, são constatados cotidianamente em cidades, como Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

Sabendo disso e partindo do pressuposto de que o fenômeno da violência encontra-se arraigado a fatores urbanos e socioeconômicos, este estudo busca analisar possíveis correlações espaciais entre as estatísticas criminais e a organização social do território, por meio dos produtos cartográficos da tipologia socioespacial. A citada tipologia é desenvolvida no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles<sup>1</sup>.

Insta salientar que a violência não é exclusividade do meio urbano. Todavia, é na cidade que os conflitos e desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. Segundo Costa e Freitas (2013) a criminalidade violenta, particularmente os homicídios, não se distribui homogeneamente sobre todos os espaços. Aparentemente, ela acompanha as desigualdades sociais intraurbanas. Esta discussão é abordada mais profundamente na seção 2 deste artigo.

Ao mesmo tempo, o artigo que aqui se insere

<sup>1</sup> Para um maior detalhamento consultar Ribeiro e Ribeiro (2013).

apresenta a metodologia do Índice de Violência Criminalizada (IVC) com o intuito de complementar a análise da distribuição espacial do fenômeno pesquisado, que não se resume somente à problemática dos homicídios.

Tal índice é formado pela conjugação de indicadores que são constituídos por grupo de variáveis criminais. Por meio da correlação com informações socioeconômicas, o IVC visa a facilitar uma aproximação do entendimento sobre os fatores estruturais que provavelmente influem na dinâmica criminal, bem como fornecer subsídios para a proposição de políticas públicas e estratégias de prevenção e controle da violência na capital capixaba<sup>2</sup>.

#### Uma definição em construção

A palavra violência pode possuir e/ou representar diversos significados. A dificuldade na definição do que é violência nos remete a uma análise etimológica, necessária ao embasamento das ideias contidas neste trabalho.

A palavra "violência" vem do latim *violentia*, que se refere a *vis* que, por sua vez, quer dizer vigor e potência no emprego da força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais precisamente, a palavra *vis* significa energia em ação, o recurso de um corpo para exercer sua pujança e, portanto, a potência, o valor, a força vital (Harper, 2001, on-line).

De acordo com Zaluar (1999, p. 08) a força supracitada torna-se violência quando transgride limites ou perturba acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais. A autora ainda aponta que é a percepção do limite da perturbação e do sofrimento alheio que caracteriza um ato como violento. Esta percepção varia cultural e historicamente.

As sensibilidades para o excesso no uso da força física,

[...] seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má (Zaluar, 1999, p. 08).

Como se percebe, diversos significados recobrem a palavra violência. Considerando a complexidade envolvida na discussão, o termo impossibilita uma definição clara. Dessa forma, sua conceituação não é uma das tarefas mais fáceis. Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 14), não obstante de um significado "aparentemente tão simples, de uso tão banal, 'violência' tende a ser uma palavra complicada".

Considerando a definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup> (OMS) e buscando contribuir para uma ampliação do conceito, trataremos a violência como o uso da força física, aí incluído o uso de armas, ou do poder, real ou potencial, abrangendo as ameaças, intimidações e opressões explícitas, implícitas e/ou simbólicas, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra uma coletividade, que resulte em morte, invalidez, lesão, trauma psicológico, dano econômico e/ou privação.

#### CRIMINALIDADE URBANA VIOLENTA

Como visto na seção anterior, o tema violência é amplo, permitindo uma ampla abordagem. Ainda que seu crescimento se faça sentir em inúmeras regiões e zonas do país, a distribuição espacial dos crimes violentos não ocorre de maneira homogênea no território nacional.

Em uma análise preliminar, com base na literatura sobre temáticas da segurança pública brasileira (Andrade; Freire, 2013), observa-se que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que conflitos de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, é na cidade que os conflitos e desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Por meio do conceito de macrocefalia urbana, Santos (2004, p. 306) descreve como a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles propícia o desencadeamento de processos descompassados: Redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, *deficit* no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e marginalização de estratos sociais.

<sup>2</sup> Em caráter introdutório e experimental, os bairros da cidade de Vitória foram escolhidos como unidades de análise para o cálculo do IVC.

<sup>3 &</sup>quot;Uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" (KRUG, 2002, p. 05).

SIGLA	INDICADOR	VARIÁVEIS		
ICLCP	Crimes letais contra a pessoa	Homicídios, latrocínios, encontro de cadáver e tentativas de homicídios		
ICNLCP	Crimes não letais contra a pessoa	Lesões corporais, rixa, vias de fato e ameaça		
ICGCC	Crimes graves contra o costume	Estupro e atentado violento ao pudor		
ICR	Crimes de roubo	Somatório dos roubos em e de patrimônios		
ICF	Crimes de furto	Somatório dos furtos em e de patrimônios		
ICAM	Crimes de armas e munições	Porte ilegal de armas, fabricação ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma		
ICTT	Crimes de tráfico de tóxico	Tráfico de maconha, cocaína e outras drogas ilícitas		
IOPUT	Ocorrências de posse e uso de tóxico	Posse e uso de maconha, cocaína e outras drogas ilícitas		
IOE	Ocorrências de embriaguez	Embriaguez		

#### Tabela 1: Estrutura dos indicadores

As referências especializadas (Zaluar, 2004; Misse, 2006; Zanotelli et al., 2011; Andrade; Freire, 2013) indicam que na cidade a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da má distribuição de renda e riqueza, recursos urbanos de toda ordem (serviços e equipamentos coletivos) são distribuídos de forma desigual.

Não se almeja com isso afirmar que a desigualdade socioeconômica seja a causa da violência. Sem adiantar conclusões, pode-se afirmar que a causalidade da criminalidade violenta nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. É importante registrar, previamente, que devido à complexidade envolvida, a criminalidade urbana violenta não pode ser reduzida a uma causa única (Misse, 2006).

A maneira desigual e contraditória pela qual o espaço urbano é construído e reproduzido torna a cidade um palco privilegiado para os conflitos e desentendimentos interpessoais. A violência emana neste contexto e é influenciada pela segregação social. Da mesma maneira que o espaço urbano é fragmentado, a violência se desdobra distintivamente atingindo estratos da sociedade de forma diferenciada.

#### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

#### Índice de Violênc, ia Criminalizada (IVC)

Em tempos recentes, mensurar a distribuição espacial da violência tem sido uma meta perseguida por gestores públicos, pesquisadores, estudiosos especializados e formadores de opinião. Várias metodologias foram propostas para tal fim. Entretanto, muitas apresentaram limitações, uma vez que a criminalidade violenta

é um dos problemas sociais mais complexos da contemporaneidade.

Na maioria das vezes, o tratamento das informações sobre violência é efetuado por métodos que evidenciam somente os homicídios como indicador violento. Isto permite leituras incompletas e equivocadas do fenômeno, que são difundidas cotidianamente pelos meios de comunicação sem o menor controle e cuidado. Quantas vezes lemos nos jornais, revistas e artigos que "a cidade Z é a mais violenta do país" ou que "o bairro J é o mais violento da cidade".

Na verdade, o homicídio é o principal exponencial da violência, pois envolve vigor e potência no emprego da força física, com ou sem o uso de armas, resultando em grave perturbação e sofrimento alheio. Todavia, ele não retrata a totalidade da violência percebida e consumada nos centros urbanos brasileiros. A imposição do medo de viver em cidades como Vitória é construída a partir da conjugação de tipos de criminalidade violenta diversos.

Visando a contribuir com o debate sobre a violência, este estudo apresenta o Índice de Violência Criminalizada (IVC). Definido, segundo a literatura estatística, como um indicador síntese, o IVC possui semelhanças metodológicas com o IDH<sup>4</sup> (ONU/ PNUD, 2005, on-line). Ele é formado pela associação de nove indicadores básicos que são constituídos por grupos de variáveis criminais. A Tabela 1 apresenta a agregação das variáveis que compõem os indicadores básicos do IVC.

O cálculo do IVC se baseou nos dados sobre violência do Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano – CPOM da Polícia Militar do Espírito Santo. Antes da estimativa dos índices, esses números foram submetidos ao tratamento estatístico da taxa

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto por três indicadores básicos: longevidade, educação e renda.

bruta (por grupo de mil habitantes) que viabilizou, através da razão entre os tipos de criminalidade violenta selecionados e a população, a análise e comparação de unidades geográficas com diferentes magnitudes demográficas.

Mesmo possuindo as tabulações sobre os incidentes criminais para o período 1993-2003, este estudo estabeleceu o ano 2000 como referência temporal para o cálculo dos índices. Tal escolha foi influenciada pela disponibilidade da população, distribuída por bairro, para o referido ano. É importante ressaltar que 2000 foi o primeiro ano em que o IBGE estendeu a circulação do Estatcart, aplicativo computacional que fornece números populacionais digitalizados, em escala de detalhe.

As informações supracitadas foram correlacionadas na escala dos bairros da capital Vitória, que concentrou cerca de 14% dos 25.562 crimes contra o patrimônio, 29% dos 1.638 crimes de tóxicos, 8% dos 20.308 crimes contra a pessoa e 17% dos 1.438 homicídios capixabas em 2000 (CPOM-PM; SIM/DATASUS, 2000). A adoção da unidade geográfica de análise se deu de acordo com a ideia trabalhada por Cano e Santos (2001, p. 16). Segundo eles, quanto menores as áreas pesquisadas, mais eficazes e otimizadas tendem a ser as estratégias de controle e combate à violência.

Os softwares Excel e SPSS tornaram possíveis os cálculos estatísticos do IVC. A utilização do aplicativo ArcMap permitiu a realização das análises espaciais e a produção cartográfica no ambiente de trabalho do Sistema de Informação Geográfica - SIG.

Por último, é importante salientar que a apresentação geoestatística do Índice de Violência Criminalizada não possui a pretensão de traduzir toda a complexidade do fenômeno estudado, muito menos tem o propósito de contribuir para a estigmatização dos bairros que registram elevadas taxas criminais. Ao contrário disso, o presente índice tem como objetivo tornar-se ferramenta de análise e discussão frente ao debate sobre o referido tema, fornecendo elementos e subsídios para a ação governamental e comunitário-social.

#### Tipologia socioespacial

A tipologia socioespacial abordada por Ribeiro e Ribeiro (2013), que foi desenvolvida no âmbito dos estudos e pesquisas do INCT – Observatório das Metrópoles, é constituída partindo do arcabouço teórico que incorpora as relações de produção (perspectiva marxista), lógica de status social (ótica weberiana) e noção de habitus (abordagem de Pierre Bourdieu).

A citada tipologia operacionaliza seu método a partir de agregados de tipos ocupacionais. "Nas experiências contemporâneas de análise social do território o nosso procedimento tipológico se inscreve na tradição francesa iniciada por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988; 1993; 1994)" (Ribeiro; Ribeiro, 2013, p. 27).

Na implementação do referido método foram considerados os seguintes critérios: Relação capital e trabalho, para diferenciar os indivíduos que são empregadores, trabalham por conta própria e os empregados; trabalho manual e trabalho não manual, uma vez que exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não manual, em que normalmente a esta última se exige algum nível de escolaridade, seja nível médio ou superior; trabalho de comando e trabalho subordinado, existindo diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem; e trabalho público e trabalho privado, distinguindo as ocupações do setor público e privado.

Com base nesses critérios, foram utilizadas as informações ocupacionais dos censos, sob a referência da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO5, correlacionando-as, ao mesmo tempo, com outras variáveis complementares (renda, nível de instrução, situação do trabalho, setor de atividade econômica e setor institucional), para compor 24 Categorias Sócio-ocupacionais - CATs, que podem ser agrupadas em 8 grandes grupos de agregação ocupacional (dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações de nível médio, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas), o que possibilita a análise da estrutura social de classes sob a perspectiva das relações de produção, status social e estilo de vida dos estratos.

O censo do IBGE é a principal fonte de dados das Categorias Sócio-ocupacionais, base na qual é possível extrair as variáveis relacionadas à ocupação, renda, nível de instrução, setor de atividade econômica, cargos/postos de trabalho públicos e privados. Essas informações são espacializadas na escala das áreas de ponderação, definidas pelo IBGE como agrupamentos de setores censitários<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> As categorias da referida tipologia socioespacial são compostas pelas informações de ocupações definidas. Para um maior detalhamento ver Ribeiro e Ribeiro (2013).

<sup>6</sup> O setor censitário corresponde à menor unidade de registro dos censos do IBGE, que pode compreender cerca de quatrocentos domicílios. A agregação dos setores censitários em áreas de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física (Ribeiro; Ribeiro, 2013).

No campo da análise multivariada existem dois métodos que possibilitam a elaboração da tipologia socioespacial: A análise fatorial de correspondência e a análise de clusters. Estes dois procedimentos constituem a base metodológica desta abordagem sobre a estrutura social de classes, bem como possibilitam a composição dos tipos socioespaciais (superior, superior-médio, médio, popular-operário, popular, popular-agrícola, agrícola etc.), que podem variar de acordo com o contexto urbano estudado. Os aplicativos Statlab e SPSS são as principais ferramentas utilizadas nos procedimentos estatísticos da tipologia socioespacial e o programa ArcGis foi utilizado para geoprocessar as informações e gerar mapas para a análise cartográfica<sup>7</sup>.

#### ANÁLISE ESPACIAL DO IVC E DA TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL

Como visto, o Índice de Violência Criminalizada é um indicador-síntese que conjuga os nove indicadores básicos definidos na metodologia. O geoprocessamento do IVC permitiu a confecção do mapa temático da Figura 1. Nele identificam-se algumas tendências de distribuição espacial da criminalidade violenta. Os bairros Enseada do Suá (0,689), Jabour (0,626), São Pedro (0,596) e Boa Vista (0,535) evidenciaram os maiores valores de IVC.

Complementando a análise, o mapa da Figura 2 possibilita a observação cartográfica em relação à organização social do território por meio da tipologia socioespacial, que em 2000 destacou os tipos superior-médio, médio e médio-popular no município de Vitória, que constitui o polo da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV<sup>8</sup>.

Na Enseada do Suá, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial superior-médio, área de intensa circulação de pessoa, que congrega pontos econômicos estratégicos do setor terciário (prédios públicos, estabelecimentos financeiros e comerciais de grande porte, entre outros) e espaços de lazer, como a Praça do Papa e curva da Jurema, os indicadores de crimes de furtos, roubos, armas e munições, crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes graves contra o costume, ocorrências de posse e uso de drogas ilícitas e ocorrências de embriaguez contribuíram para o destaque do bairro.

Em Jabour, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular, a dinâmica criminal foi influenciada principalmente pelos crimes letais contra a pessoa, crimes de tráfico de drogas ilícitas, ocorrências de posse e uso de drogas ilícitas, roubos, furtos, crimes não letais contra a pessoa e ocorrências de embriaguez. Neste bairro, constatou-se o problema da sobrestimação dos registros policiais. Jabour, bairro de classe média e com manchas de comércio específico (margens da avenida Fernando Ferrari), congregou delitos referentes aos crimes contra o patrimônio. Tal situação foi agravada, pois delitos contra a pessoa e crimes de tráfico de drogas ilícitas supostamente cometidos no bairro vizinho, Maria Ortiz, foram creditados a Jabour devido à questão da incompatibilidade das bases de informação da Polícia Militar e da Prefeitura Municipal de Vitória.

Um pouco mais ao sul, Boa Vista, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular, se evidenciou apresentando elevados índices de violência em todos os indicadores básicos do IVC. Com exceção dos crimes letais contra a pessoa, o bairro vizinho, Goiabeiras (0,230), também evidenciou valores consideráveis de criminalidades diversas: ICNLCP, ICE, ICF, ICR, ICAM, ICF e ICR.

Destacado na porção noroeste da Ilha de Vitória, São Pedro (0,596) apresentou elevados índices de crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes de tráfico de tóxico, armas e munições, furtos e ocorrências de embriaguez. São Pedro ficou caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular.

O grande conglomerado localizado na região sudoeste de Vitória, formado pelos bairros: Morro do Quadro (0,313), Vila Rubim (0,291), Parque Moscoso (0,286), Forte São João (0,268), Ilha do Príncipe (0,253), Santo Antônio (0,232) e Centro (0,217) foram destacados devido aos seguintes índices: ICL-CP, ICTT, IOPUT, ICAM, ICGCC, ICR, ICF, ICNLCP e IOE. Neste conglomerado são percebidos os registros dos três tipos socioespaciais de Vitória.

Na porção central da Ilha, Jucutuquara (0,305) e Santos Dumont (0,213) tornaram-se evidenciados pelos crimes de roubos, furtos, crimes não letais contra a pessoa e ocorrências de embriaguez. Estes dois bairros foram caracterizados pelo tipo socioespacial médio.

Por fim, o IVC dos bairros Morro São Benedito (0,250) e Consolação (0,232) foram influenciados, sobretudo, pelos crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes de armas e munições, tráfico de drogas ilícitas e ocorrências de embriaguez. Estes dois bairros também foram caracterizados pelo tipo socioespacial médio.

<sup>7</sup> Para um maior detalhamento sobre os procedimentos metodológicos consultar Ribeiro e Ribeiro (2013).

<sup>8</sup> Além desses três tipos soma-se à tipologia socioespacial da RMGV a categoria popular-agrícola.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A hipótese inicial deste artigo, a respeito da possível influência exercida por fatores estruturais sobre o fenômeno violência, pode ser mais bem analisada através dos cruzamentos estatístico-cartográficos. A desigual distribuição espacial do crescimento econômico-industrial da metade do século XX produziu desequilíbrios e gerou reflexos sociais que contribuíram para o surgimento e ascensão da dinâmica criminal nos espaços urbanos brasileiros.

Em Vitória, a violência emanou das contradições e hierarquizações sociais cristalizadas no espaço urbano. No que tange a distribuição dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, o comportamento diferencial da violência revelou como os fatores socioeconômicos influem nas tendências de concentração9. Com base no mapa da Figura 1, identificou-se que os crimes contra a pessoa estão potencialmente concentrados em conglomerados de bairros que apresentam uma estrutura social e econômica caracterizada pelos tipos socioespaciais menos privilegiados. O bairro de São Pedro é exemplo disso, pois neste território foi registrado um elevado IVC, sobretudo devido aos crimes letais, não letais e de tráfico de drogas ilícitas. O referido bairro é composto pre-

O bairro Enseada do Suá, por exemplo, representou um contexto oposto ao do bairro São Pedro. Em Enseada do Suá foi computada prevalência de crimes contra o patrimônio, principalmente roubo e furto. Neste bairro foi registrado, na perspectiva da organização social do território analisada pela tipologia socioespacial (Figura 2), predomínio do tipo superior-médio, o que demonstra que os crimes contra o patrimônio estão mais associados espacialmente aos conglomerados de bairros com estruturas socioeconômicas mais privilegiadas.

valentemente pelo tipo socioespacial médio-popular

(Figura 2).

Além disso, a incidência de crimes letais contra a pessoa mostrou significativas semelhanças de distribuição espacial com a ocorrência dos delitos de trá-

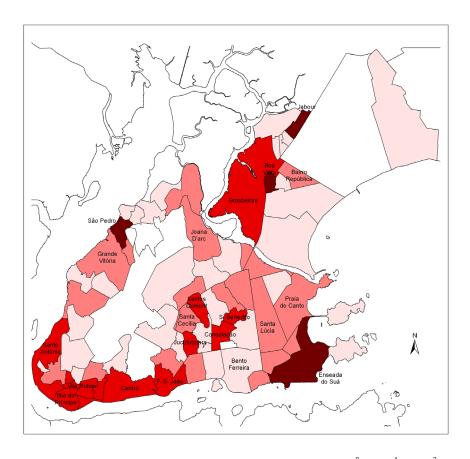




Figura 1: Mapa do Índice de Violência Criminalizada, Vitória, 2000

Elaboração: Pablo Lira - 2006 Fonte de dados: CPOM-PM - 2000 Base cartográfica: IBGE - 2000.

fico de drogas ilícitas, geralmente concentrados nos bairros menos privilegiados, sob a perspectiva dos tipos socioespaciais. Constata-se que, geralmente, os crimes letais estão correlacionados positivamente com as ações das quadrilhas do tráfico. As ações violentas promovidas pela delinquência organizada são fundamentadas pela complexa associação do uso de drogas ilícitas e armas de fogo, dinheiro no bolso, enfrentamento da morte e banalização da vida. De acordo com Zaluar (2004), a associação do uso de drogas e armas de fogo, dinheiro, conquista de mulheres, do enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre revela que as práticas do mundo do tráfico se vinculam a um etos da virilidade, que por sua vez é centrado na ideia de chefe. Talvez por isso, observa-se a completa perda dos valores da vida nas comunidades assoladas pelo tráfico, para o qual não há distinção de valores, isto é, o usuário que deve R\$ 5,00 tem o mesmo tratamento

<sup>9</sup> Estudos como os de Lira, Lyra e Guadalupe (2014) corroboram tal constatação.

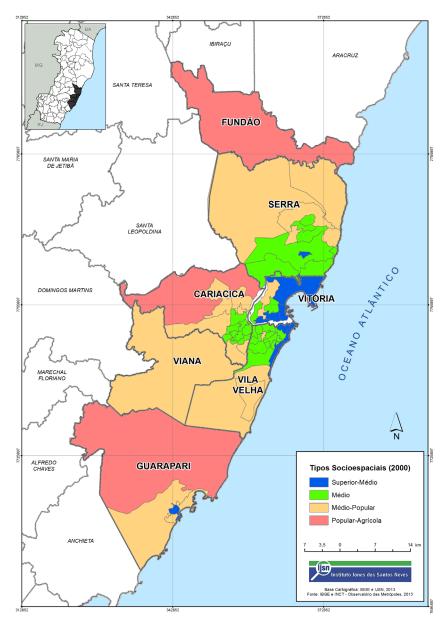


Figura 2: Tipos socioespaciais, Vitória na RMGV 2000

daquele que possui uma dívida de R\$ 50,00. Caso o débito não seja zerado, nas duas circunstâncias a vida se torna moeda de troca.

Misse (2006) entende que as atividades correlacionadas ao tráfico de drogas compõem um mercado não regulável legalmente, logo definido como um mercado de alto risco e de desconfiança recíproca. No "mercado" do tráfico de drogas ilícitas, "a solução para o pagamento de dívidas e atrasados segue uma lógica retaliativa, decorrente do receio de que qualquer atenuação regular nas cobranças gere um efeito-demonstração" (Misse, 2006, p. 110). Este efeito-demonstração, geralmente, cristaliza-se no espaço com a consumação de crimes contra a pessoa, como os homicídios. Desta forma, a associação espacial entre os crimes letais contra a pessoa e os crimes de tráfico de drogas ilícitas passa a ser mais bem

compreendida. Vale ressaltar que a maioria dos bairros com concentração destes dois indicadores criminais é caracterizada predominantemente pelos tipos sociais menos privilegiados, sob o ponto de vista da organização social do território.

O panorama apresentado na seção anterior facilitou o entendimento da geografia do crime do município de Vitória. Por meio da conjugação de crimes diversos, conglomerados de bairros tornaramses evidenciados no mapa síntese do IVC. A interpretação cartográfica conjugada da tipologia socioespacial favorece o entendimento parcial da distribuição espacial do IVC, com base nas características das estruturas social e econômica.

Portanto, as breves análises aqui estabelecidas favorecem uma agenda de estudos que podem ser replicados e mais bem aprofundados em outras cidades brasileiras, tanto com a aplicação da metodologia do IVC, quanto na correlação cartográfica dos indicadores criminais com os tipos socioespaciais.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana; FREIRE, Flávio (orgs.). *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. BEATO, Cláudio. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CANO, Inácio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil.* Rio de Janeiro - RJ: 7letras, 2001.

CANO, Inácio; SOARES, Gláucio. *As teorias sobre as causas da criminalidade.* Rio de Janeiro - RJ: IPEA, 2002.

COSTA, Maria Clélia; FREITAS, Fabiano. Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza. In: ANDRADE, Luciana; FREIRE, Flávio. *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

HARPER, Douglas. *Online etymology dictionary*. Disponível em: <www.etymonline.com/>. Acesso em: 2 nov. 2005.

KRUG, Etienne et al. *Relatório mundial sobre violên-cia e saúde*. Brasília - DF: OMS/OPAS/UNPD, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999.

LIRA, Pablo. Geografia do Crime: construção e

- geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta IVC no município de Vitória-ES. 2007. 124 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES, 2007.
- LIRA, Pablo; LYRA, Ana Paula; GUADALUPE, Thiago. Organização social do território e criminalidade violenta: análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória RMGV. In: LIRA, Pablo; OLIVEIRA JÚNIOR, Adilson; MONTEIRO, Latussa. *Vitória*: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.
- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e educação.* Rio de Janeiro RJ, v. 2, n. 1, 1997.
- \_\_\_\_\_. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro - RJ: Lúmen Júris, 2006.
- MOLINA, Antonio. *Criminologia*: introdução a seus fundamentos teóricos. 2. ed. São Paulo SP: 1997.
- PINHEIRO, Paulo; ALMEIDA, Guilherme. Violên-

- cia urbana. São Paulo SP: Publifolha, 2003.
- RIBEIRO, Luiz César; RIBEIRO, Marcelo. *Análise social do território*: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo SP: Edusp, 2004.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência IV*: os jovens do Brasil. Brasília DF: UNESCO, 2004.
- WHOSIS. World Health Organization Statistical Information System. Disponível em: <www.who.int/whosis/en/>. Acesso em 20 dez. 2007.
- ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: *São em perspectiva*. São Paulo SP: on-line, v. 13, n. 3, pp. 3-17, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Integração perversa*: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro RJ: 2006.
- ZANOTELLI, Cláudio et al. *Atlas da Criminalidade no Espírito Santo*. São Paulo: Annablume, 2011.

#### artigos

#### Bianca Reis Ramos

# Índice de Bem-Estar Urbano no município do Rio Grande, RS

#### Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a qualidade de vida e infraestruturas, referente às condições de vida urbana no município do Rio Grande, RS, através do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de qualidade de vida, bem-estar urbano e infraestrutura urbana, além da construção do IBEU. O IBEU do Rio Grande apresentou níveis entre muito ruim (0,000-0,500) e bom (0,801-0,900), e indicou que as infraestruturas e as melhores condições de vida urbana estão presentes principalmente na área central e arredores. Apenas em dimensões isoladas, como as condições ambientais e habitacionais urbanas, a área central não obteve os melhores resultados em comparação com as outras áreas da cidade.

*Palavras-chave:* Indicadores sociais; Infraestrutura urbana; Qualidade de vida; Índice de Bem-Estar Urbano; Sistemas de Informação Geográfica.

#### **Abstract**

The article aims to analyze the quality of life and the infrastructure, on the conditions of urban life in the city of Rio Grande, RS, Brazil, according to the Urban Well-Being Index (IBEU). A bibliographical revision about quality of life, urban well-being and urban infrastructure concepts was conducted, besides the construction of IBEU. Levels of IBEU in Rio Grande were found between very bad (0,000-0,500) and good (0,801-0,900), and indicated that the infrastructures and the best urban life conditions are present mainly in downtown and its surroundings. Only in punctual dimensions as urban environmental and housing conditions, downtown didn't achieve the best results comparing to the other city areas.

*Keywords*: Social indicators; Urban infrastructure; Quality of life; Urban Well-Being Index; Geographical Information System.

#### Bianca Reis Ramos

é geógrafa pela Universidade Federal do Rio Grande

biancareis.geografia@gmail.com

#### INTRODUÇÃO1

Os processos de ocupação urbana e os impactos das políticas públicas podem refletir diretamente na qualidade de vida e bem-estar da população que vive na cidade. O espaço urbano é reflexo da sociedade e condicionante social, pois todas as intervenções e modificações feitas em um ponto vão influenciar um todo, ocasionando o aumento ou a atenuação de desigualdades, características do espaço urbano capitalista (Corrêa, 2004). Por isso, essas modificações devem ser acompanhadas de planejamento para evitar entraves futuros provenientes da produção ou reprodução destes espaços de forma desordenada e desigual, acarretando diminuição da qualidade de vida, deficiência de infraestruturas urbanas e, consequentemente, o comprometimento do bem-estar da população que reside nas cidades. Para Santos (1988, p. 37), "o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado".

A utilização de indicadores sociais é imprescindível no planejamento urbano como ferramenta de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Entre diversas iniciativas neste sentido, destacamos o trabalho de Ribeiro e Ribeiro (2013), que consiste na elaboração de um Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), elaborado pelo INCT - Observatório das Metrópoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O IBEU foi elaborado para quinze metrópoles do país, com o objetivo de fornecer informações gerais com relação à situação das populações em concentrações urbanas, com base nas escalas de habitação e pelos equipamentos e serviços urbanos, através dos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse índice engloba as dimensões de mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestruturas. As dimensões são formadas a partir de indicadores relacionados à qualidade de vida urbana e meio ambiente; e infraestrutura e habitação, conforme classificação de Jannuzzi (2006).

Logo, este trabalho tem o objetivo de analisar a qualidade de vida e infraestruturas urbanas, referente às condições de vida urbana na cidade do Rio Grande, por meio do IBEU. A metodologia foi realizada com base em revisão bibliográfica acerca dos concei-

tos de qualidade de vida, infraestruturas e bem-estar urbano abordados no trabalho, e na utilização de índices e indicadores sociais como subsídios ao planejamento urbano. O diagnóstico utilizado neste trabalho foi elaborado com base na metodologia proposta por Ribeiro e Ribeiro (2013) através do IBEU.

As avaliações das potencialidades e fragilidades urbanas com base em indicadores sociais são de grande importância no planejamento urbano e como subsídios na elaboração de políticas públicas, pois apontam o nível de desenvolvimento de um território e outras características sociais de uma população, auxiliando com maior grau de certeza o direcionamento dos investimentos para setores prioritários e estratégicos, além de apontar tendências de ocupação ao longo do tempo no espaço urbano, justificando a proposição da pesquisa.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira apresenta os conceitos trabalhados. Na segunda, a caracterização da área pesquisada e a metodologia utilizada para atingir o objetivo da pesquisa. Na terceira parte detalha os resultados alcançados, e, ao final, tece considerações sobre os resultados analisados.

#### QUALIDADE DE VIDA, INFRAESTRUTURAS E BEM-ESTAR URBANO

De acordo com Forattini (1991, p. 80), "a sociedade atual tende cada vez mais a induzir novas necessidades, para cuja satisfação a qualidade de vida individual pode chegar a ser afetada, em maior ou menor grau, e frequentemente sem que a pessoa se conscientize disso". Daí a necessidade de se definir o objeto de estudo e as variáveis utilizadas em uma análise, ou seja, que qualidade de vida, quais infraestruturas e que dimensão de bem-estar urbano se quer retratar, de acordo com a realidade e necessidades de uma determinada população. O autor define qualidade de vida como a "satisfação em viver" e subdivide as necessidades para alcançá-la em concretas e abstratas, objetivas e subjetivas. As objetivas fundamentam--se em indicadores concretos e coletivos, como, os Censos Demográficos; e as subjetivas, em indicadores abstratos e individuais, de acordo com as informações e percepções, ou seja, da opinião e do estado de satisfação ou insatisfação dos indivíduos que compõem a amostra ou população em estudo. Forattini (1991) destaca que nenhum destes dois procedimentos isoladamente poderá fornecer estimativas satisfatórias do grau de qualidade de vida de determinada comunidade, porém a avaliação da qualidade de vida

<sup>1</sup> Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de Bianca Reis Ramos (2014) apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), orientado pela Prof.a Susana Maria Veleda da Silva.

da população, como um todo, é viável apenas através de indicadores concretos. Além da qualidade de vida, a infraestrutura influencia diretamente no bem-estar dos indivíduos e é definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) como

[o] conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos (IPEA, 2010, p. 31).

O conceito de bem-estar urbano engloba características das infraestruturas urbanas e qualidade de vida para alcançar a plenitude de sua definição de "viver bem". Para Prates e Bacha (2010), o termo bem-estar está diretamente relacionado à qualidade de vida, refletindo-se em uma gama de significados, tais como condições de vida, liberdade, satisfação e felicidade. O bem-estar urbano retratado por Ribeiro e Ribeiro (2013) leva em consideração o que a cidade deve oferecer às pessoas em termos de condições ma-

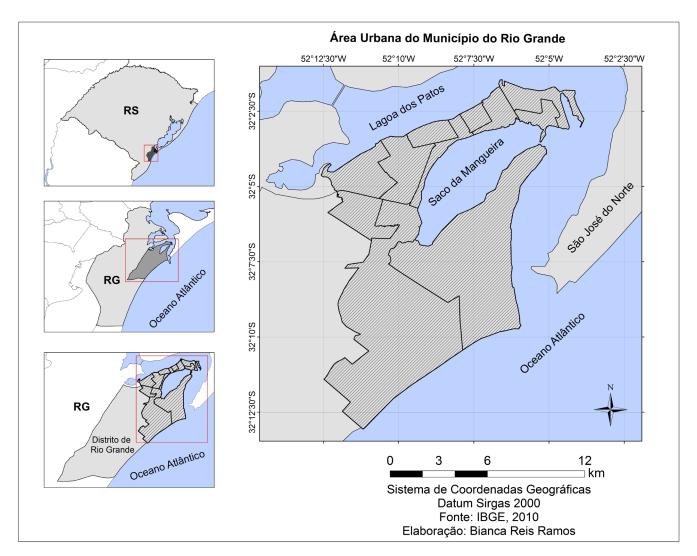
teriais de vida, de forma coletiva, ou seja, a qualidade de vida em seu aspecto concreto e objetivo, deixando à parte neste estudo a dimensão imaterial do bemestar urbano, que equivale aos aspectos abstratos e subjetivos.

## CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E METODOLOGIA

Situado na planície costeira do sul do estado do Rio Grande do Sul, o município do Rio Grande tem uma população estimada em 207.036 habitantes, em um território de 2.709,522km² (IBGE, 2014). O município pertence à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL) e é constituído de cinco distritos: Rio Grande, Ilha dos Marinheiros, Povo Novo, Quinta e Taim. O recorte espacial deste trabalho será a cidade do Rio Grande, sede do primeiro distrito (Figura 1).

A posição geográfica do município, o qual, juntamente com o município de São José do Norte, ocupa um estuário, favoreceu atividades portuárias desde sua gênese, e a partir disso foi alvo de sucessivas po-

Figura 1: Localização da área de estudo



líticas de desenvolvimento exógeno no que concerne às infraestruturas do porto, do canal de acesso à barra e Distrito Industrial. A mais recente foi a consolidação do Polo Naval a partir do ano de 2006, atraindo para o município novos atores sociais, inclusive empresas que atuam nos diversos segmentos da indústria naval (Martins, 2012).

Entre os anos 2000 e 2010, ocorreu um parco crescimento de 6% da população citadina (IBGE, 2000, 2010). No entanto, os investimentos no Polo Naval geraram uma oferta superior a 30 mil empregos diretos e indiretos (Silva; Gonçalves, 2014), que atraíram pessoas de outras localidades, o que aumentou a população flutuante e a concentração de fluxos e serviços. Esse empreendimento e a nova dinâmica que ele deu à cidade acarretaram uma série de impactos, tanto negativos como positivos. Positivos no que se refere à geração de empregos; negativos, no que tange à falta de infraestrutura nos equipamentos públicos para atender a essa nova demanda, trazendo consequências no meio ambiente e na qualidade de vida da população.

Atualmente as concentrações urbanas mais densas estão localizadas ao leste, na área central da cidade, e no balneário Cassino, ao sudoeste. A renda média da população está concentrada nos bairros Centro, Rheingantz, Parque, Cassino, Querência, e, principalmente, no bairro Jardim do Sol. As rendas mais baixas estão concentradas nos bairros Carreiros, Santa Rosa, Cidade de Águeda e parte do Aeroporto (bairro Humaitá).

## Base de dados e delimitação da área de estudo

A malha digital de setores executada pelo IBGE está disponível no *site* do instituto, na escala cartográfica de 1:250.000, assim como as duas bases de dados utilizadas neste trabalho. O conjunto de indicadores determinados por Ribeiro e Ribeiro (2013) para compor as dimensões faz parte da base de dados dos resultados do universo por setores censitários, que corresponde ao questionário básico, aplicado a todos os domicílios do município, e dos resultados gerais da amostra, esta última com questionário mais amplo que o primeiro e aplicado a uma parcela menor de domicílios.

Os dados da amostra correspondem a dez áreas de ponderação na área urbana do município e os dados provenientes da base de dados de setores censitários correspondem a 301 setores censitários, que foram agregados a fim de se obter a mesma escala de análise entre as duas bases de dados para cálculo das variáveis e elaboração dos indicadores.

#### Construção do Índice de Bem-Estar Urbano

O IBEU compreende cinco dimensões com uma série de indicadores que se complementam em suas temáticas. Jannuzzi (2006) classifica estes indicadores propostos pelo IBEU em duas classes:

- Indicadores de qualidade de vida e meio ambiente: Os indicadores referentes às dimensões de mobilidade urbana (D1), condições ambientais urbanas (D2) e atendimento de serviços urbanos (D4);
- Indicadores de infraestrutura e habitação:
   Os indicadores referentes às dimensões de
   condições habitacionais urbanas (D3), aten dimento de serviços coletivos urbanos (D4)
   e infraestrutura urbana (D5).

As cinco dimensões são compostas pela aglutinação de um total de vinte indicadores construídos a partir da proporção de moradores em situação adequada de acordo com critérios específicos. Os valores de proporção de cada um dos indicadores foram padronizados e definidos no intervalo entre zero e um, de modo que, quanto mais próximo de um, melhor a sua condição; e quanto mais próximo de zero, pior. Após a padronização, foram atribuídos pesos² a cada um deles para compor a dimensão temática à qual pertence. Os pesos dos indicadores diferiram na construção de cada dimensão, no entanto as cinco dimensões tiveram o mesmo peso, ou seja, o índicesíntese foi construído a partir da média aritmética das cinco dimensões.

Para a verificação da consistência e confiabilidade dos indicadores, foi utilizado o coeficiente Alfa de Cronbach, que trabalha a relação entre covariâncias e variâncias internas das dimensões. O Alfa de Cronbach assumirá valores entre zero e um, sendo que, quanto mais próximo de um, melhor é o grau de relacionamento entre as dimensões, e quanto mais próximo de zero, menor é o grau de relacionamento (Pereira, 1999, apud Ribeiro; Ribeiro, 2013). Os vinte indicadores que compõem o IBEU do Rio Grande obtiveram coeficiente Alfa de Cronbach no valor de 0,821, assumindo um bom grau de relacionamento entre as variáveis utilizadas neste trabalho.

#### ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO E SUAS DIMENSÕES NAS ÁREAS

<sup>2</sup> O detalhamento dos pesos e indicadores utilizados em cada dimensão pode ser visto em Ribeiro e Ribeiro (2013).

#### URBANAS DO MUNCÍPIO DO RIO GRANDE

O IBEU é um índice-síntese que engloba cinco dimensões ou índices parciais que, quando agrupados, demonstram as características das áreas de ponderação com relação à qualidade de vida urbana e meio ambiente, infraestrutura e habitação, que contribuem para um maior ou menor nível de bem-estar, com base na proporção de moradores que se encontram dentro dos critérios preestabelecidos como adequados, traçando um comparativo entre as áreas de ponderação que correspondem a um maior ou menor grau de bem-estar.

O IBEU define as áreas de ponderação pelos níveis: Muito ruim (0,001-0,500); ruim (0,501-0,700); médio (0,701-0,800); bom (0,801-0,900) e muito bom (0,901-1,000). A média das dez áreas urbanas de ponderação do município é de 0,583, variando entre os níveis muito ruim e bom. Dentro deste contexto, as áreas de ponderação 02, 07 e 08 apresentaram nível muito ruim de bem-estar na cidade; as áreas de ponderação 04, 05, 06, 09 e 10 apresentaram nível ruim; a área de ponderação 03 apresentou nível médio, e apenas a área de ponderação 01 apresentou nível bom de bem-estar urbano (Figura 2).

Pode-se observar que os melhores resultados do IBEU se concentram nas áreas centrais da cidade e os piores resultados estão nas áreas periféricas, onde estão localizados bairros de maior vulnerabilidade social e longe das infraestruturas urbanas de comércio e serviços, com exceção de parte da área de ponderação 02. Esta área também obteve um baixo nível no IBEU, contudo uma parte dela é situada próxima à área central, e a outra faz parte das áreas do Distrito Industrial, Zona Portuária e Polo Naval. O IBEU do município apresenta desigualdades socioespaciais na distribuição de equipamentos e infraestrutura, principalmente no sentido centro-periferia, onde o nível de bem-estar diminui gradativamente.

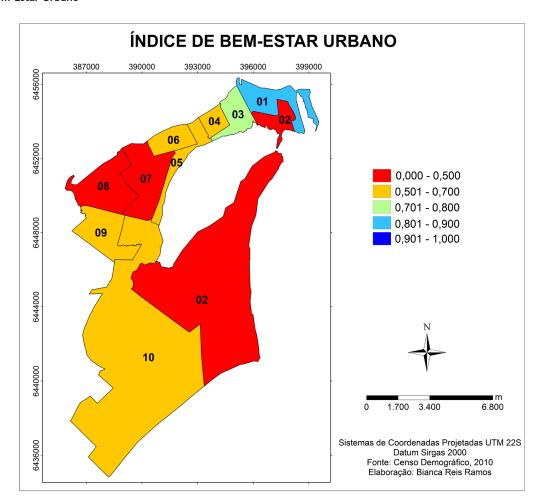
#### Mobilidade urbana

Essa dimensão foi composta apenas pelo indicador deslocamento casa-trabalho, considerando a proporção de moradores que levam até uma hora para fazer o deslocamento de casa até o trabalho. Conforme a Figura 3, as áreas de ponderação 08, 09 e 10 obtiveram nível muito ruim na dimensão de mobilidade; as áreas de ponderação 05, 06 e 07 obtiveram nível médio, e as áreas de ponderação 01, 02, 03 e 04 apresentaram nível muito bom. Este resultado é explicado

pela concentração de serviços e infraestruturas na área central, Distrito Industrial e Zona Portuária, que agrega maior número e concentração de postos de trabalho entre as áreas de ponderação 01 e 02.

A população que mora no bairro Centro ou arredores e parcela da população que mora na área 02, onde estão localizadas comunidades pesqueiras com residência próxima ao local de trabalho, além do Polo Naval e as empresas do Distrito Industrial, percorrem menor deslocamento para ir ao trabalho. Ou seja, a ideia de bom deslocamento, neste caso, deve-se ao deslocamento de curtas distâncias, ao passo que a maioria da população que não tem seu local de trabalho próximo à sua residência percorre

Figura 2: Índice de Bem-Estar Urbano



maior deslocamento.

Nos últimos anos, a taxa de crescimento populacional aumentou nas áreas periféricas, principalmente em alguns bairros localizados na área de ponderação 10, como Cassino e Querência, aumentando o fluxo de veículos nas poucas vias de escoamento que ligam horizontalmente o centro da cidade com esses bairros mais afastados. O poder público pouco contribuiu com iniciativas para sanar estas deficiências, como melhoria na qualidade do serviço de transporte público e planejamento de rotas alternativas como ciclovias e ciclofaixas. Fatores como esses, aliados ao aumento na renda média da população na última década, incentivam a população de maior renda

a investir em veículos particulares, que atualmente somam 112.140 no município (Denatran, 2015). Além disso, a fisiografia peculiar e a disposição da mancha urbana acabam por limitar a eficácia da estruturação e do planejamento do espaço e das vias urbanas. O município tem formação geomorfológica de restinga, onde os depósitos arenosos formaram um pontal estreito. A área central está localizada na extremidade leste desse pontal e o restante da população situa-se a oeste, de modo que a maioria da população que se encontra a oeste se desloca ao mesmo tempo para um mesmo ponto, intensificando congestionamentos em horários de maior movimento.

#### Condições ambientais urbanas

Essa dimensão foi composta por indicadores de arborização; esgoto a céu aberto, e lixo acumulado. De acordo com a Figura 4, a área de ponderação 02 obteve nível muito ruim de condições ambientais urbanas; as áreas 01, 03, 05, 06 e 07, nível ruim; as áreas 04, 08 e 09, nível médio, e a área 10 obteve nível bom na dimensão. Pode-se observar que as melhores condições ambientais urbanas estão na área de ponderação 10, onde estão situados o balneário Cas-

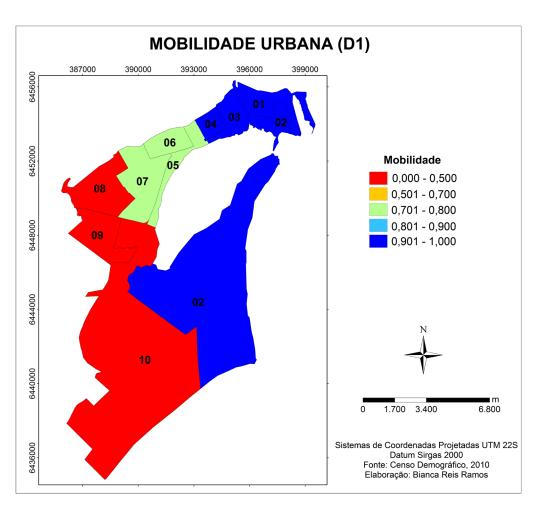


Figura 3: Dimensão de Mobilidade Urbana

sino e bairro Jardim do Sol. Já a área 02, próxima à área central e onde está situado o Distrito Industrial, apresentou nível muito ruim na dimensão.

Isso se deve à maior proporção de moradores em domicílios com lixo acumulado no entorno (94,2%) e à menor proporção de moradores em domicílios com presença de arborização no entorno, de 36,3%, ao passo que na área 10 a arborização é de 87,1%. Na área 06, menos da metade dos moradores residem em domicílios que não têm esgoto a céu aberto no entorno. A melhor relação entre esgoto a céu aberto e lixo acumulado é a da área de ponderação 09, que só perde em proporção de área arborizada.

#### Condições habitacionais urbanas

Essa dimensão foi composta pelos indicadores aglomerado subnormal; densidade domiciliar; densidade morador/banheiro; material das paredes do domicílio e espécie do domicílio. A área de ponderação 02 obteve nível muito ruim na dimensão; as áreas 07 e 08 obtiveram nível ruim; a área 01, nível médio; as áreas 03, 04 e 06, nível bom, e as áreas 05, 09 e 10, nível muito bom (Figura 5). De acordo com estes resultados, as melhores condições habitacionais estão

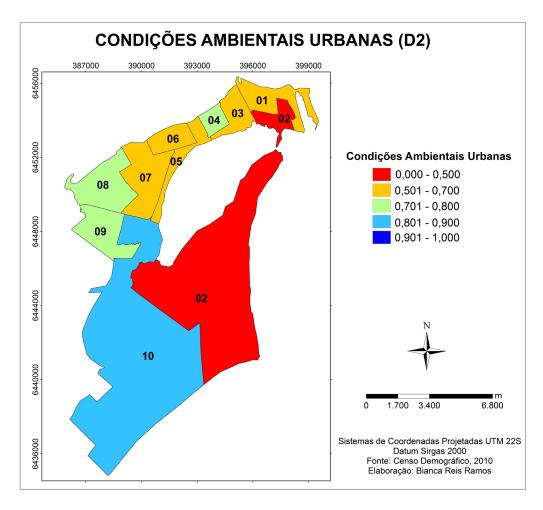


Figura 4: Dimensão das condições ambientais urbanas

localizadas em áreas de interesse imobiliário, como é o caso da área 09, onde está localizado o bairro Parque São Pedro, que atualmente sofre um processo de expansão e intervenção de proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e do Estado (Corrêa, 2004).

A área 10 também sofre essas reestruturações, assim como a área 05, e a similaridade entre essas três áreas é o atual interesse do mercado imobiliário e por isso não é surpresa não existirem aglomerados subnormais. Assim como as áreas 05, 09 e 10, as áreas 01, 06 e 08 também não têm aglomerados subnormais. Conforme o Censo Demográfico, a área urbana do Rio Grande possui 1.422 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, com uma população residente de 4.884 pessoas (IBGE, 2010). É a reação de uma parcela da população à necessidade de moradia, que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário (IBGE, 2010). Conforme Muller e Moroso (2013, p. 18), existem mais de 7 mil domicílios em situação de irregularidade fundiária no município.

Além disso, existem as áreas que foram diretamente atingidas pela expansão portuária, localizadas na área de ponderação 02. O bairro Cidade de Águe-

da, localizado na área de ponderação 08 também foi atingido por esses impactos da expansão portuária, já que a maioria dos reassentamentos realizados na cidade é direcionada para essa localidade (Muller; Moroso, 2013). Enquanto existe um alto deficit habitacional na zona urbana, existem 7.438 domicílios de uso ocasional e 5.561 vagos na área urbana do distrito do Rio Grande (IBGE, 2010). Portanto, os indicadores de densidade domiciliar e densidade morador/banheiro, ao serem confrontados com estes dados, podem ser questionados em sua proporção.

Em estudo recente, Silva e Gonçalves (2014) demonstraram que o preço dos imóveis aumentou em mais de 500% no

período de 2006 a 2013. Ainda de acordo com esse estudo, as áreas mais afetadas no que tange ao custo do imóvel, a partir da implantação do Polo Naval, são as regiões próximas a ele e ao centro da cidade. Estes dados demonstram um contraste entre o mercado que é praticado, com supervalorização do solo e especulação imobiliária acerca da atração de pessoas e serviços em função do Polo Naval, e a realidade de parcela da população residente no município.

## Atendimento de serviços coletivos urbanos

Essa dimensão foi composta pelos indicadores atendimento de água; atendimento de esgoto; atendimento de energia e atendimento da coleta de lixo. Apenas a área 01 obteve nível médio; as áreas 03 e 09 obtiveram nível ruim e o restante das áreas de ponderação obtiveram nível muito ruim (Figura 6). Observa-se nesta dimensão que nem a área central atingiu bons níveis. Esta dimensão é constituída por demandas de atendimentos básicos em uma área urbana, a qual deveria ter 100% de cobertura em todas essas necessidades, no entanto a única área de ponderação que teve serviço abrangente para todos os moradores é a

área 04, e apenas no indicador de atendimento da coleta de lixo.

O indicador mais baixo foi o de atendimento de esgoto, que obteve maior peso na construção dessa dimensão e trata de um serviço de extrema importância, tanto do ponto de vista ambiental como do da saúde. A problemática do saneamento básico, principalmente a questão do esgotamento sanitário, é um desafio não apenas do município do Rio Grande, mas da maioria dos municípios brasileiros.

#### Infraestrutura urbana

A dimensão de infraestrutura urbana foi composta pelos indicadores existência de iluminação pública; pavimentação; calçada; meio-fio; bueiro; rampa para cadeirantes e identificação de logradouros. A área 01 obteve nível muito bom; a área 03, nível bom; as áreas 04 e 09, nível ruim e as áreas 02, 05, 06, 07, 08 e 10 obtiveram nível muito ruim na dimensão (Figura 7). As áreas 01 e 03 detêm maior renda, entre quatro e seis salários mínimos, são bem localizadas e obtiveram melhor nível na dimensão de infraestrutura urbana. Com relação aos indicadores utilizados, o que apresentou melhores proporções foi o de iluminação pública, para todas as áreas de ponderação. A

pavimentação é ausente em praticamente todas as áreas, com exceção das áreas 01, 03 e 09. A área 08 apresenta menores proporções em pavimentação e calçada.

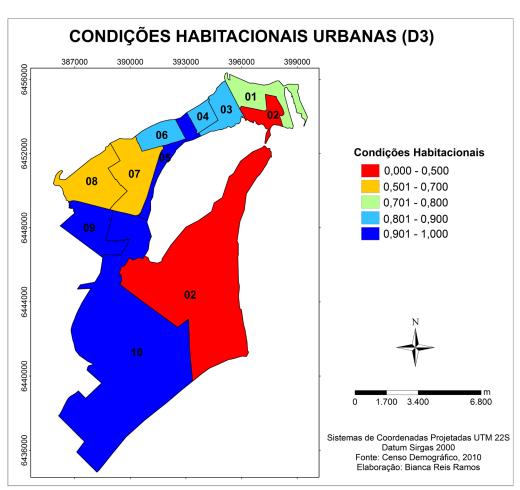
Os indicadores de meio-fio e bueiro também são baixos para as demais áreas. As rampas para cadeirantes são praticamente inexistentes e a identificação de logradouros também é precária para todas as áreas.

Análise da qualidade de vida e infraestrutura através do Índice de Bem-Estar Urbano

Com base nos dados, podemos observar que o que contribuiu para o melhor nível de bem-estar da área de ponderação 01 foram a mobilidade, a infraestrutura e o atendimento de serviços coletivos, que, mesmo não sendo ideais nesta área, comparado às outras, esta é a que tem melhor cobertura no atendimento, resultando em um nível bom de bem-estar. As dimensões que obtiveram melhor resultado na média de todas as dez áreas de ponderação da cidade foram: Condições habitacionais (0,788), mobilidade (0,653), condições ambientais (0,633), infraestrutura urbana (0,453) e atendimento de serviços coletivos (0,388).

A dimensão de mobilidade apresentou um padrão característico local, pois a renda e o número de veículos particulares em cada área de ponderação não resultaram em diferenças. O padrão que permaneceu foi o de quanto mais próximo à área central, melhor a mobilidade. A dimensão de condições ambientais apresentou resultados pouco satisfatórios para todo o município. As melhores condições ambientais urbanas estão nos bairros mais distantes do centro e com rendimentos entre um e 12,5 salários mínimos. Os indicadores utilizados nessa dimensão influenciam a qualidade de vida urbana, na saúde e meio ambiente, uma vez que a existência de um elemento nocivo pode acarretar uma sequência de problemas interligados, que poderiam ser amenizados.

Figura 5: Condições habitacionais urbanas



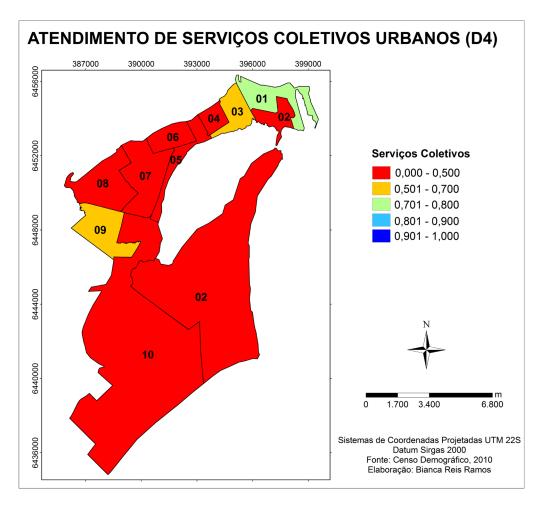


Figura 6: Atendimento de serviços coletivos urbanos

Quanto às condições habitacionais, "embora se refiram às características dos indivíduos e famílias, também são reflexo dos processos de estruturação urbana que incidem sobre a forma de acessar a moradia e em quais condições" (Ribeiro; Ribeiro, 2013, p. 56). Conforme foi exposto anteriormente, o município do Rio Grande sofre intensa especulação imobiliária e alto deficit habitacional. As políticas de habitação popular ainda não contemplaram a todos, e menos ainda os que não têm renda para financiar sua moradia.

A dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos não obteve nenhum resultado satisfatório, pois não contemplou com total abrangência serviços urbanos essenciais à população, especialmente o saneamento básico. De acordo com o IBGE, 69% da população que reside na cidade não possui esgotamento sanitário por meio da rede coletora, incluindo aglomerados subnormais e domicílios regularizados. A destinação do esgoto é feita na maioria dos domicílios em fossa séptica. Esses indicadores interagem diretamente com a dimensão de condições ambientais urbanas e infraestruturas. A dimensão de infraestrutura urbana se refere aos elementos que compõem a via ou a rua, que dão ideia de acessibilidade

e relacionam-se com a dimensão de mobilidade, principalmente. A infraestrutura urbana tem papel significativo não só na qualidade de vida mas também no desenvolvimento nômico, de tal maneira que, como foi observado neste trabalho, os locais que apresentam melhor infraestrutura urbana são os espaços centrais, que concentram comércio e servicos.

De uma variedade de elementos, alguns citados pelo IBEU são referenciais para as gestões locais que almejam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida (Vitte, C., 2009), pois permitem trabalhar possibilidades, potencialidades e fragilidades, além de diversas abordagens que nos permitem

construir elementos operacionais para auxílio e subsídio à superação de dificuldades sociais e formulação de políticas direcionadas (Vitte, A., 2009).

Contudo, qualquer iniciativa deste cunho deve vir acompanhada pela consulta à população, pois toda intervenção só se torna efetiva se reconhecer o que é satisfatório e o que precisa mudar ou incorporar.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O IBEU do Rio Grande por áreas de ponderação nos indicou que as infraestruturas e as melhores condições de vida estão presentes principalmente na área central. Há também áreas como o bairro Jardim do Sol, com um bom padrão de vida no que concerne às características aqui estudadas, e outras com uma ou outra característica urbana abordada pelo índice e que se destaca, mas que em nível de área de ponderação não puderam ser detalhadas. Portanto, assim como as estruturas de classes são reflexo do capitalismo e a segregação socioespacial é a forma espacial de desigualdade entre a sociedade, as condições e as infraestruturas para melhoria da qualidade de vida e aumento do nível de bem-estar também não têm dis-

tribuição igualitária. O atual sistema de produção capitalista manterá a desigualdade socioespacial, assim como as limitações do planejamento urbano na resolução desses impasses, da sobreposição de público e privado e os conflitos de interesses entre os agentes sociais modificadores do espaço, e o que pode ser feito é atenuar as diferenças e a má distribuição das infraestruturas, por meio dos instrumentos da política urbana e com gestões democráticas e participativas (Corrêa, 2004).

Por fim, o trabalho proposto não tem a pretensão de representar de forma estática a complexa dinâmica social e urbana na área de estudo e apontar quais as áreas que necessitam de inter-

venção, por acreditar que esta é apenas uma das etapas na discussão sobre qualidade de vida e bem-estar, mas, sim, retratar a tendência de distribuição no espaço urbano com base nos indicadores e critérios selecionados, contribuindo com as discussões a respeito do desenvolvimento do município e demonstrando a importância do diagnóstico como subsídio ao planejamento e direcionamento de políticas públicas urbanas.

#### **REFERÊNCIAS**

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano.* 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANS-PORTES (DENATRAN). Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo os Municípios da Federação. Jan. 2015. *Frota de veículos*. Disponível em: <www.denatran.gov.br/frota.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. Rev. *Saúde Pública*. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/

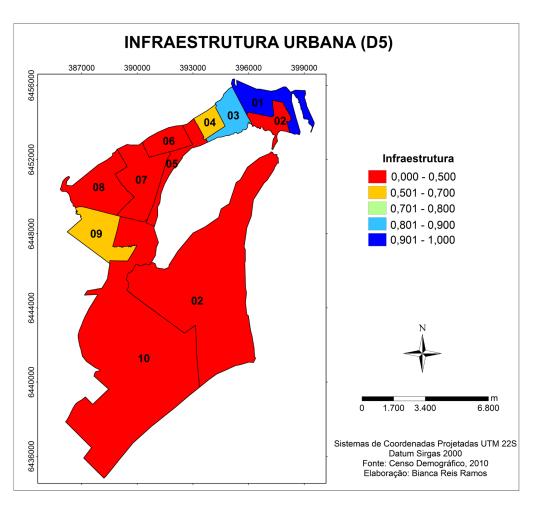


Figura 7: Infraestrutura urbana

S0034-89101991000200001>. Acesso em 04 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de Informações do Censo Demográfico 2010*: resultados do universo por setor censitário: documentação do Arquivo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

. Censo demográfico 2000: agregado por setores censitários dos resultados do universo: documentação do Arquivo. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

. Sistema IBGE de Recuperação Automática — SIDRA: Banco de Dados Agregados. Diversos anos. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2014.

. Malha digital de setores censitários. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 arquivo shapefile. Escala 1:250.000. Disponível em: <downloads.ibge.gov. br/ downloads\_geociencias.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

. Malha digital de setores censitários. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 1 arquivo shapefile. Escala 1:250.000. Disponível em: <downloads.ibge.gov. br/ downloads\_geociencias.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Infraestrutura social e urbana no Brasil*: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, v. 2. Brasília: IPEA, 2010. 912p. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543\_Livro\_InfraestruturaSocial\_vol2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil.* 3. ed. Campinas: Alínea, 2006. 141p.
- MARTINS, César Augusto Avila. *Usos do território brasileiro no século XXI*: notas para a análise dos investimentos na construção naval. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 92, p. 8-32, 2012.
- MULLER, Cristiano; MOROSO, Karla (org.). Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul – diagnóstico e perspectivas: o caso de Rio Grande. Porto Alegre: Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES, 2013.
- PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Análise da relação entre desmatamento e bem-estar da população da Amazônia Legal. *RESR*. Piracicaba, v. 48, n. 1, p. 165-193, 2010.
- RAMOS, Bianca Reis. Análise da qualidade de vida e infraestrutura através do Índice de Bem-Estar Urbano no Município do Rio Grande/RS. Rio Grande, 2014. 70f. Monografia [Conclusão do Curso de Geografia] Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Universidade Federal do Rio

- Grande.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (org.). *Índice de Bem-Estar Urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 264p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SILVA, Rogério Piva da; GONÇALVES, Rodrigo da Rocha. O Polo Naval e os preços dos imóveis na cidade do Rio Grande RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7. Anais. Porto Alegre: PUC-RS, 2014. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa23-polonavalprecosimoveis.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.
- VITTE, Antonio Carlos. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 111-122.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 89-110.

## Thiago Canettieri William Azalim do Valle

# Dos excluídos da cidade à revolução urbana

definições de um novo sujeito político

#### Resumo

A cidade contemporânea é produzida coletivamente, apesar de ser apropriada como fonte de renda, juros e lucro de uma pequena parcela da população. Tem se observado nas cidades um intenso processo de produção, em uma dimensão cada vez mais abrangente, da desigualdade, sendo derivada do funcionamento do sistema urbano, a partir da produção capitalista do espaço que cria uma massa de sujeitos que tem o direito à cidade negado: o precariado urbano. O presente artigo é uma contribuição à reflexão sobre o intenso processo de despossessão ao qual os trabalhadores urbanos são submetidos e sobre as possibilidades de mudança desse quadro social, a partir da formação de um sujeito coletivo urbano.

Palavras-chave: Exclusão social; Precariado; Direito à cidade; Sujeito político.

#### **Abstract**

The contemporary city is collectively produced, despite being appropriated as a source of income, interest and surplus by a small portion of the population. It has been observed in cities intensive production process of inequality in a broader dimension, derived from the operation of the urban system, from the capitalist production of space that creates a mass of individuals who have the right to the city denied: the urban precariat. This article is a contribution to the reflection on the intense dispossession process to which urban workers are subjected and about the possibilities for change these social situation, from the formation of an urban collective subject.

Keywords: Social exclusion; Precariat; Right to the city; Political subject.

#### **Thiago Canettieri**

é professor no IFMG Ouro Preto e doutorando em Geografia UFMG.

thiago.canettieri@gmail.com

#### William Azalim do Valle

é mestrando em Engenharia de Produção UFMG.

#### **INTRODUÇÃO**

As cidades contemporâneas têm sido produzidas (e reproduzidas) sobre uma dimensão cada vez mais segregada. Realidade que se escancara, inclusive sendo noticiada pela mídia com manchetes que revelam este seu caráter: "1% mais rico de São Paulo abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%1"; ou, no contexto europeu, "OCDE aponta aumento de abismo entre pobres e ricos na Europa2". Este foi o tom do frisson causado pelo livro de Piketty (2014), "O Capital no século XXI", que mostra o aprofundamento das desigualdades decorrentes do capitalismo contemporâneo.

No processo de globalização (ou globalitarização), observa-se a crescente onda neoliberal que passa a pautar a economia dos países e cidades. Os direitos sociais conquistados foram transformados em serviços, mercadorias a serem vendidas. O cidadão, segundo Santos (1993, p.121) se torna "[...] ensombrecido pelo usuário e consumidor, dificultando a formação do homem público.". Este processo é verificável na dinâmica urbana contemporânea. David Harvey (2008, p.31) afirma que a "[...] "qualidade da vida urbana se tornou um produto a ser consumido, assim como a cidade.". É essa a base que garante a morfogênese do urbano contemporâneo.

Apresenta-se, portanto, a cidade como resultado da sociabilidade capitalista, marcada pelo processo de produção, circulação e acumulação de capital. Por isso, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Boulos (2014), afirma: "A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria.".

Para entender este contexto, deve-se aumentar o escopo de análise do marxismo tradicional. A luta de classes ultrapassa os muros das fábricas, como foi descrito por Marx (2013) durante o século XIX. Como ressalta Maricato (1988), a questão urbana nem sempre fez parte da análise da esquerda, que priorizou, durante muito tempo, a luta operária e camponesa em senso estrito. No entanto, uma nova tradição de intelectuais da esquerda<sup>3</sup> se debruçam hoje sobre a cidade para entender seus processos.

Esses autores concordam que a luta de classes, hoje, é expressa e materializada nas cidades. Podese falar que a metrópole de hoje está para o circuito contemporâneo do capital como a fábrica esteve para o capitalismo do século XIX. A produção e apropriação de mais-valia não acontece, prioritariamente, no chão da fábrica, nas linhas de montagens, nos latifúndios do campo; mas nas relações sociais cotidianas que se tornam cada vez mais mercantilizadas. O produto dessas relações sociais, o urbano, como argumenta Harvey (2009, 2012) em diversas oportunidades, torna-se mercadoria essencial para a sobrevivência do capitalismo.

Muito da história recente, referente aos estudos urbanos críticos, tem sido marcado com um compromisso dos autores na construção de uma política de transformação emancipatória e com a criação de um sociedade mais justa (Swyngedouw, 2014). O presente artigo é uma contribuição a esse entendimento, refletindo sobre o intenso processo de despossessão ao qual os trabalhadores urbanos são submetidos, (Harvey, 2012) até a abertura de uma possibilidade de mudança a partir da cidade (Lefebvre, 2001). A reflexão que aqui consta é a tentativa de sistematizar, em linhas gerais, como está organizada a classe de trabalhadores precarizados no espaço urbano para, então, questionar suas possibilidades de emancipação.

#### O URBANO COMO EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O urbano foi tornado mercadoria em um intenso processo de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade. Como descrito por Marx (2013), a mercadoria é produzida a partir do trabalho explorado e alienado do trabalhador, portanto, a mercadoria lhe é estranha. Com a cidade não foi diferente: Produzida coletivamente, mas apropriada de forma privada. Acontece, então, no urbano, a separação de classes. A organização social da separação do trabalho — capital passa a se materializar no urbano, seguindo os mesmos padrões. É a partir da contradição social entre capital e trabalho que ocorre, de maneira expressa no espaço urbano, a criação do centro e da periferia (Lefebvre, 1981).

A expressão da desigualdade é observada no conteúdo da segregação espacial. As cidades revelam em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam, de forma sinérgica, a reproduzir a desigualdade entre as classes<sup>4</sup>. A divisão

<sup>1</sup> Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/08/1494444-1-mais-rico-de-sp-abocanha-20-da-renda-da-cidade-ha-dez-anos-eram-13.shtml>. Acesso em 3 dez. 2015.

<sup>2</sup> Disponível em: www.cartacapital.com.br/internacional/ocde-aponta-aumento-de-abismo-entre-pobres-e-ricos-na-europa. Acesso em 3 dez. 2015.

<sup>3</sup> Entre eles, podemos citar a própria Maricato (2003, 2009), Raquel Rolnik (1988); Lúcio Kowarick (1980); Carlos Vainer (2000); Harvey (1980, 2009, 2012); e Neil Smith (2005, 2007).

<sup>4</sup> Seguindo Lefebvre (1981), podemos pensar que as relações de produção encerram as contradições de classe (capital/ salário) que se amplificam em contradições sociais (burguesia/

de classes em âmbito social é expressa espacial e materialmente no urbano (Harvey, 2012). Esta organização possui um forte impacto na estrutura urbana da cidade. Sua organização espacial — das vias, dos aparelhos públicos e privados, das amenidades, das áreas de lazer e cultura, e até da legislação do uso e ocupação — é influenciada pelo fenômeno da segregação.

No entanto, o fenômeno da urbanização capitalista procura integrar seus elementos em um todo de forma coerente, em diferentes níveis, segundo diferentes modalidades: Pelo mercado, pela ideologia, pelos valores e pela ação do Estado. Embora integrados ao funcionamento estrutural do sistema sócio-econômico-espacial, muitos indivíduos sofrem a perversidade desta lógica. Ao mesmo tempo, essa sociedade capitalista pratica a segregação, produzindo e mantendo espaços que são destinados aos diferentes grupos sociais. Ou seja, integra-se para segregar; segrega-se para integrar.

A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que são excluídos de quase tudo, mas que cumprem uma função dentro do sistema; a pobreza e a exclusão gerada pelo próprio funcionamento da sociedade capitalista a mantêm. A segregação então ocorre para determinar de que forma esses indivíduos atuarão dentro da estrutura capitalista.

Sobre isso, destacam Mayer e Assis (2008, p.12) que "as relações sociais na cidade também estão estruturadas sobre aquela intransponível contradição que caracteriza o sistema capitalista." De certa forma, essa estruturação urbana é responsável por sustentar as condições necessárias para a reprodução social. Esse é um dos pontos desenvolvidos por Lefebvre (1981) em seu livro *The survival of capitalism*. Só é possível para o capitalismo sobreviver ao produzir espaço e reproduzir as relações sociais de produção que incidem, dialéticamente, um sobre o outro.

Harvey (2012) observa que o processo de urbanização se tornou um instrumento essencial para a reprodução do capitalismo. Assim, o capitalismo está sempre produzindo os *surplus product* que a urbanização necessita, ao mesmo tempo em que o capitalismo precisa da urbanização para absorvê-los. Este processo envolve diversas frações do capital (em diferentes níveis de abrangência): Capital industrial, capital imobiliário, capital fundiário, capital especulativo, capital financeiro, entre outros. Esclarece Harvey (2012) que, ao iniciar a urbanização de uma

proletariado) e políticas (governantes/ governados) até o nível da contradição do espaço: centro-periferias que reproduzem em vários níveis as desigualdades que passam a expressar a segregação.

área (muitas vezes ligada a uma ação do Estado e de seu tesouro), as instituições financeiras fazem o empréstimo aos responsáveis por desenvolver a terra, que a compram dos proprietários. Assim, inseremse as companhias construtoras que iniciam a intensa transformação do espaço. Ao final, o capital imobiliário parcela a terra, constrói as benfeitorias e colocaas à venda no mercado. Para comprar, o consumidor final faz empréstimo a uma instituição financeira, e assim o ciclo se completa. Em todas estas etapas ocorre, de alguma forma, a acumulação de capital (seja pela exploração da mão de obra, pelos juros ou pela renda da terra.

Mas este processo só é possível, de acordo com Harvey (2012), a partir de um perpétuo processo de displacement and dispossession que possui uma clara dimensão de classe. Em primeiro lugar, afirma o autor, a produção de mais-valia sempre pressupõe que esta deve ser extraída de algum trabalho humano, no caso, da classe trabalhadora. O processo incide sobre as populações mais pobres que acabam perdendo seus espaços na cidade.

Em especial, se focarmos no desenvolvimento urbano brasileiro, percebe-se a produção de uma intensa segregação espacial em consequência da inserção do Brasil como um país capitalista dependente (Tonin, 2015), ao desempenhar um papel muito específico dentro da economia global. Como em outras sociedades capitalistas, a urbanização brasileira está ligada às práticas da reprodução ampliada do capital. No entanto, enquanto um país de industrialização tardia, baseado no que Oliveira (2013) chamou de uma industrialização dos baixos salários5, por consequência, afirma Maricato (2003), se tem uma urbanização dos baixos salários. Como aponta Tonin (2015), se pensarmos o acesso à habitação no Brasil, poderíamos dizer que o mesmo é determinado pelos baixos salários dos trabalhadores, tanto pelo lado da demanda, por conta alto custo da terra, quanto pelo lado da oferta, o que encarece o produto habitação, criando um mercado restrito e, portanto, que gera

<sup>5</sup> O assalariamento do Brasil surge de uma economia exportadora que se apoiou durante três séculos sobre o trabalho escravo. O desenvolvimento do capital no país, que representa sua forma de inserção no mercado mundial, contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passará a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2005). É sobre essa estrutura social marcada pela superexploração que se processarão a industrialização e a urbanização brasileiras.

exclusão (Maricato, 2003).

Maricato (2003, p.153) demonstra que, no Brasil, "a produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso" (Maricato, 2003, p.153). Isso significa reconhecer que a urbanização brasileira está relacionada com a produção habitacional baseada na autoconstrução (Oliveira, 2013), majoritariamente de maneira informal, o que implica uma interdição de vários direitos sociais (Maricato, 2003), em um intenso processo de espoliação urbana (Kowarick, 1980).

Pode-se afirmar que a urbanização brasileira está assentada em um processo de superexploração da força de trabalho (Marini, 2005) no qual se forja a classe de trabalhadores urbanos precarizados, que David Harvey (2012) denominou de "precariado".

### O PRECARIADO URBANO

As fábricas não desapareceram. No entanto, não são mais o ponto nevrálgico da acumulação capitalista. Esta agora ocorre, majoritariamente, sob a forma financeira-rentista, baseada nos serviços, em especial, nos serviços prestados no urbano.

Busca-se destacar que a tarefa de (re)produzir o espaço urbano "[...] is increasingly done by insecure, often part-time and disorganized low-paid labor. The so-called precariat." (Harvey, 2012, p.11). Ao chamá-los de "precariado", permite atualizar a tradicional visão de proletário, designando a principal característica desses trabalhadores: A precarização do trabalho de produção, como do trabalho de reprodução da vida.

No quadro urbano, a exploração direta do(as) trabalhador(as) se multiplica por meio de uma exploração indireta (Lefebvre, 2001) que se estende ao conjunto da vida cotidiana. Esta superexploração é evidenciada, por exemplo, no tempo livre do(a) trabalhador(a) gasto na autoconstrução de sua moradia, nas horas sacrificadas no longo percurso diário entre a casa e a fábrica ou, ainda, na carga do trabalho doméstico invisível e não remunerado desempenhado pelas mulheres, indispensáveis para a reprodução da força de trabalho (Mayer; Assis, 2008).

Compreendido por meio deste processo duplo de exploração, o conceito de precariado deve ser entendido em toda sua amplitude, agregando não só os trabalhadores que têm a mais-valia apropriada de forma indevida, mas também os excluídos que são, pelo próprio sistema (e para ele mesmo), negados de trabalhar (Jameson, 2011; Zizek, 2012). Assim, ao expropriar o espaço urbano de quem o produz,

garante-se a exclusão e a exploração das massas (Le-febvre, 2001). Se, na época de Marx, os excluídos do trabalho no setor produtivo capitalista poderiam ser considerados *lumpen* e de pouco conteúdo político, hoje, apresentado como precariado por Harvey (2012), é entendido como sujeito imprescindível para pensar o novo urbano.

## UM NOVO SUJEITO COLETIVO SURGE NAS CIDADES

A definição de um sujeito coletivo foi discussão entre as organizações políticas de esquerda durante processos de insurreição na história. Na tradição marxista ortodoxa frequentemente é o proletariado fabril que ocupa esta definição. Todavia, o capitalismo passou por intensas reestruturações produtivas (Harvey, 2010) que realocam a importância exclusiva do trabalhador das indústrias como era no século XIX e início do XX. Todavia, não basta, a partir desta contestação, afirmar que podemos prescindir de refletir sobre a existência potencial de um sujeito coletivo. A cidade contemporânea, em especial a de um país capitalista dependente e periférico (como o Brasil), que se viu transformada rapidamente com a onda neoliberal da segunda metade do século XX e com as consequentes ondas migratórias para a cidade, apresenta um contexto bem diferente do que aquela dos tempos de Marx (2013) e força uma atualização dos mecanismos de exploração e da sua superação.

A metrópole passa a ter uma função central na organização da produção, e, mais do que isso, a produção de ambiente construído passa a ser essencial para absorver o capital sobreacumulado que, de outra forma, seria destruído (Harvey, 2012). Sobre isso, destaca-se a posição de Zizek (2009) que, refletindo sobre os habitantes das áreas periféricas ao redor do mundo, lembra que este contexto social é muito próximo do proletariado que Marx (2013) descrevia. No entanto, a realidade do século XXI obriga a radicalizar o conceito de proletariado. Será que se pode pensar na urbanização capitalista como um constante processo de desumanização? Como um processo de apropriação indevida do mais-valor produzido pelo trabalho humano?

Esta parcela da população urbana – o precariado –, que é cerceada dos meios de produção e da cidade que produz, é, como alerta Zizek (2014, p.57), "deprived of all social substance". Assim, Lefebvre (2001), percebendo que se desenrolam no urbano várias das contradições da acumulação de capital, o autor afirma que será aí também, o lócus de novos sujeitos capazes de uma mudança social.

Própria da tradição marxista, esta dimensão representa um pensamento calcado na dialética. Como afirma Zizek (2014, p.38), é apenas a partir da opressão que se gera a abertura necessária:

For Hegel, spirit is the wound of nature, it derails every natural balance, but it is at the same time spirit itself, which heals its own wound. This Hegelian insight will be developed in its philosophical, theological, and political implications: why is the Fall a happy occurrence? Why does only the most brutal capitalist alienation open up the possibility for freedom?

Ou seja, a supressão de determinada forma de vida abre espaço para novas formas, deixando um X que é o oprimido que pode reinventar. A perda e opressão, a negatividade, podem se tornar positividade a partir da negação em um movimento propriamente dialético. Assim, é a partir deste processo de dominação das cidades que surge a chance de reinvenção das relações urbanas que nelas acontecem<sup>6</sup>.

Neste sentido, é possível perceber que os grupos sociais excluídos da cidade, por mais assujeitados pela dinâmica de acumulação de capital, reside neles a possibilidade de ocupar, organizar e reestruturar os espaços da cidade. É por isso que Swyngedouw (2014, p.12) afirma:

The political act, then, is the voice of floating subjects that desregulate all representations of place and portions and that occupies, organizes and restructures spaces (Swyngedouw, 2014, p.12).

Por isso a destacada importância dada por Milton Santos (2001) aos pobres e, em especial, aos pobres urbanos. Sujeitos obrigados a viverem com a restrição do acesso de bens e serviços, são extremamente criativos em reinventar as formas de organização da vida, do trabalho e da solidariedade, na experiência cotidiana da escassez (o autor fala da existência de uma sapiência própria dos pobres). Longe de ser um elogio romântico da pobreza, Santos (2001) parte da constatação dialética do processo de geração dos pobres para refletir sobre a possibilidade de emancipação.

Assim, levanta-se a questão: É possível pensar o precariado urbano como esse sujeito coletivo capaz de realizar transformações na sociedade? A resposta não pode ser formulada sem surgirem novos problemas que são necessários destacar. Se, de um lado, a definição de uma classe trabalhadora fabril define limites bem compreensíveis – trabalhadores de setores industriais –, o precariado seria um setor de classe

mais frouxa, no sentido de que não delimita claramente as condições de trabalho deste sujeito, porque podem ser diversas. Daí as dificuldades apresentadas por Harvey (2012) da falta de uma unidade característica e de compreender as demandas e queixas desta classe:

the problematic and disorganized "precariat" must be reckoned with. How such disparate groups may become self-organized into a revolutionary force is the big political problem. And part of the task is to understand the origins and nature of their cries and demands. (Harvey, 2012, p.12)

Enquanto em um sindicato, o interesse maior de participação do sujeito social estaria na discussão de questões relativas ao trabalho de produção e os desejos a outros elementos da vida de reprodução, como a casa, o transporte, a saúde e a educação, para o precariado, as pautas econômicas de reprodução se apresentam como interesse central na atuação do trabalhador, enquanto seus desejos de produção seriam pautas secundárias.

Esta série de demandas práticas e cotidianas que busca satisfazer acontece por meio de uma dimensão reivindicativa e, em larga medida, combativa com a lógica do capital. Por isso, reorientar a ação política através das demandas mais materiais das populações excluídas, na verdade, representa, como aponta Harvey (2012), uma forma de reconquistar o direito à cidade como um projeto político abrangente. É, portanto, a partir deste entendimento que é possível compreender a busca por uma cidade melhor que passa, talvez necessariamente, nas revoltas das Rebel cities (Harvey, 2012).

É a partir deste pano de fundo que devemos entender as considerações de Badiou (2012), para quem as revoltas urbanas da primeira década do século XXI em todo o mundo representam um sinal imanente do retorno à ideia universal de liberdade, solidariedade, equidade e emancipação. A passagem ao ato através de um procedimento-verdade político<sup>7</sup> que seja capaz de dar vazão às demandas práticas e cotidianas dessas populações urbanas. Assim, será possível reconquistar "renovado direito à vida urbana" (Lefebvre, 2001, p.155).

Da mesma forma que as questões referentes à

<sup>6</sup> Todavia, não é apenas através da constatação de uma lógica dialética que reside a capacidade de uma mudança social.

<sup>7</sup> Sobre isso, em outra oportunidade, Badiou (1999, p.37) explica: "O procedimento-verdade da política significa que sua essência é a prescrição de uma possibilidade de ruptura com aquilo que existe". Portanto, o autor, diferente da concepção clássica da verdade como adequação entre fato e representação, entende o "procedimento-verdade" como sendo a ruptura numa dada situação, sempre portadora de uma radical novidade.

unidade e à demanda surgem pela dinâmica urbana, sua solução também. As várias lutas urbanas nascem a partir das necessidades materiais das populações que são negadas pelo funcionamento característico do sistema capitalista. Podemos considerar a luta por moradia um destes exemplos, possuindo em seu núcleo uma dimensão anticapitalista que pode ser explorada pelos movimentos sociais. Se a moradia se tornou um ativo financeiro (Harvey, 2012), o acesso se tornou cada vez mais restrito (Maricato, 2008) e, assim, observa-se que tem se produzido cada vez mais pessoas sem-teto, mesmo que o ritmo da produção de moradia tenha aumentado (Boulos, 2014). Assim, nascem as ocupações de terrenos e imóveis urbanos como solução encontrada por esta população (Canettieri, 2014)8. As ocupações urbanas podem fornecer a unidade territorial de vários trabalhadores a partir da demanda por efetivação da moradia, além de produzir coletivamente o espaço a partir de lógicas diferenciais ou insurgentes que indicam possibilidades de novas formas coletivas de organização9.

É desta dimensão que Benjamin (2008) apresenta a ideia de Ocuppancy urbanism. O termo de Benjamin (2008) designa a ação destes grupos pobres e excluídos que passam a agir ativamente sobre o desenho da cidade e na prática urbana. O autor reconhece que representam espaços multifacetados mas que contribuem na formação de uma política local autônoma capaz de representar um movimento indisciplinado e subversivo contra as lógicas dominantes da globalização "globalitária" neoliberal. No limite, o ato de ocupar representa a ascensão dos indivíduos excluídos à condição de sujeitos como é explicitado por Axel Honnet (2009) em sua "Gramática moral dos conflitos sociais". Assim, esses sujeitos dão visibilidade às suas narrativas em oposição às metanarrativas que usualmente dominam o espaço urbano (por exemplo "O mercado"). E este conflito é motivado a partir das estruturas que coordenam a reprodução das classes sociais. Portanto, não seria errado situar as ocupações como expressão material nas cidades da luta de classes (afinal, como afirmou Marx (2009), a luta de classes é o motor da história). Por isso Zizek (2009) destaca a importância dos moradores das periferias globais para alguma mudança social. Como o autor destaca: "It is extremely surprising how many of their [of the slum-dwellers] features fit the old marxist definition of the proletarian revolutionary class" (Zizek, 2009, p.3).

Assim, é necessário mobilizar esforços para garantir coesão política (ou o que Lukács (2003) chamou de consciência de classe) para, assim, buscar uma nova organização social e política baseada em princípios de solidariedade e não de individualidade. E a cidade é o espaço primordial para este resgate (Lefebvre, 2001).

Portanto, na cidade está a possibilidade para uma luta emancipatória que está para além do conflito, mas vincula-se a reprodução cotidiana da vida, que parte exatamente do ato de negação da urbanização capitalista enquanto coordenada hegemônica da realidade que organiza objetivamente e subjetivamente as práticas e percepções dos sujeitos. É um processo criativo de reinventar as próprias bases da sociabilidade sem, no entanto, romantizá-las e ignorar que possuem seu bojo calcado no mesmo sistema. No entanto, são essas "utopias experimentais" que permitem inventar o novo.

Mas o que, concretamente, é este novo inventado? Pode-se considerar (e, de certa forma, esperar) que esses sujeitos, na prática insurgente de enfrentamento da lógica hegemônica da produção capitalista do espaço, podem criar uma nova organização da constelação da sociabilidade que está à margem das práticas capitalistas. Exatamente neste ponto reside a potência constituinte do precariado.

É necessário, portanto, relembrar o trabalho de Gould (1995), Insurgent identitites, referente à Comuna de Paris. Para o autor foi no momento do trabalho conjunto, como a fortificação das barricadas, que a dimensão de classe se tornou mais intensa e permitiu a construção de uma identidade compartilhada. Esta "[...] network of social relationships in which potential protesters are implicated" foi essencial para a formação da "identidade insurgente" e, portanto, para o "sucesso" da Comuna. De forma análoga, considera-se que o precariado, a partir de sua reprodução cotidiana aliada a uma certa territorialidade no espaço urbano, é, potencialmente, capaz de criar uma identidade insurgente. A sociabilidade que estão inseridos é condição para que possam reinventá-la. Ou, nos termos de Badiou (2012, p.56): "A change of world is real when an inexistent of the world starts to exist in the same world with maximum intensity".

Dessa forma, os novos sujeitos políticos do urbano são aqueles que iniciam a ruptura com a ordem das coisas, alteram a distribuição do que é sensível e perceptível para a sociedade. Nos termos de Swyngedouw (2014, p.3): "Whereby the ochlos (the rabble, the scum, the outcasts, the part of no-part) stage to be part of

<sup>8</sup> Apesar da crítica de Oliveira (2006), referente às ocupações reproduzirem à baixos custos a mão de obra, não poder ser desconsiderada.

<sup>9</sup> Nesse sentido, destaca-se que outras pesquisas têm encontrado na luta pela moradia várias experiências de formação de sujeitos coletivos, como, por exemplo a pesquisa de Freitas e Melo (2014) referente à comunidade do bairro São Geraldo e também a pesquisa de Miranda (2012) referente à comunidade Dandara, ambas no município de Belo Horizonte.

the demos and, in doing so, inaugurate a new ordering of time and places". Portanto, uma revolução urbana a caminho para uma sociabilidade urbana mais justa passa, necessariamente, por uma redefinição da forma que se percebe, conceitua, vive e produz a vida cotidiana.

Neste processo de estar na cidade, derivado das demandas e anseios mais imediatos desta população, o conflito com a produção capitalista do espaço é inegável. A partir do conflito e do trabalho cotidiano é possível a organização de novas subjetividades a partir das experiências destes sujeitos. Não necessariamente existe um discurso (ou melhor, uma metanarrativa revolucionária) que organiza a prática destes indivíduos. Mas, paradoxalmente, estes "pequenos-grandes" atos cotidianos de reprodução da vida no nível mais material e da experiência vivida nos momentos de insurgência são o que reorganiza e permite produzir as subjetividades que estão em jogo. Os indivíduos passam por um processo de subjetivação capaz de promover mudanças na forma que percebem a realidade e, a partir delas, agem.

Pode então, a partir da alteração da percepção da realidade, ocorrer a abertura de oportunidades de construir uma nova práxis social? A questão a ser colocada é se, com esta nova práxis, são criadas novas maneiras de práticas sociais e espaciais baseadas na equidade e democracia? Como aponta Swyngedouw (2014), de forma inovadora e criativa, esses sujeitos reinventam a forma de estarem juntos no espaço urbano e reivindicam o urbano de maneira emancipatória.

No entanto, é necessário frisar que as contradições internas aos próprios movimentos desse precariado são muitas vezes impeditivas para uma efetiva mudança estrutural. Não existe uma condição prescrita para ocorrer esses movimentos que, devido a própria dinâmica social, são repletos de tensões. O movimento desses sujeitos é atravessado constantemente por conteúdos não necessariamente revolucionários e agenciam subjetividades que acabam conservando o status quo. Isto porque são indivíduos que estão inseridos na sociabilidade colocada pela sociedade capitalista e, dessas forma, estão embebidos dessa relação. Assim, deixa-se claro que esses movimentos estão imbricados com a lógica hegemônica. Em contrapartida, mesmo com as suas inerentes contradições, cada um desses movimentos pode representar, fruto da negatividade aberta pela prática capitalista, uma possibilidade de uma sociabilidade diferente. Mesmo com suas contradições, a própria reivindicação é um movimento anticapitalista, derivado da prática social que possui um conteúdo de uma negação determinada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A urgência de uma mudança nos processos que produzem o espaço contemporâneo a partir da dinâmica do capital torna-se cada vez mais evidente (Harvey, 2012). Daí, emerge o papel político não apenas dos "sujeitos coletivos" mas, também, dos pesquisadores e intelectuais que devem cumprir um engajamento social por uma mudança ética. Esta é a grande tarefa que autores, desde Marx e Engels (2011) até Lefebvre (2001) e Harvey (2012), têm defendido: A tarefa de imaginar e reconstruir uma nova, e totalmente diferente, realidade social da colocada (ou imposta) a partir da lógica globalitária do capitalismo.

Para tanto, é necessário que os vários movimentos anticapitalistas que estão sendo gestados em todo o mundo, e, em especial, nas áreas urbanas confluam para uma agenda propositiva e constituinte capaz de focar na transformação da vida cotidiana (HarveyARVEY, 2012). É dessa forma que os excluídos da cidade, o precariado, tornam-se importante força política coletiva.

Mas é esse novo sujeito coletivo, em essência, revolucionário? A resposta pretendida não é passível de existir até que, de fato, aconteça, como propõe o "ato" de Zizek (2012). Nosso interesse foi, exatamente, levar à questão da exploração que ocorre nas cidades buscando tangenciar as linhas de fuga dessa situação que acarretariam a superação dessa condição. O esforço é importante para pensar nos termos e nos significantes de uma mudança social no contexto urbano, tema que tem ganhado destaque em diversas publicações.

Contudo, considera-se a possibilidade imanente de reconquistar a cidade para a realização da vida e não como meio e fim da acumulação de capital. Reconquistar a cidade significa ocupá-la. Através da ocupação do espaço urbano como valor de uso, subverter as próprias bases da sociabilidade capitalista, abrindo espaços para uma práxis que emerge exatamente nesse momento. Lefebvre (2001) afirma que a mudança para uma sociedade igualitária deve ter início com o resgate, ou, até mesmo, com a ressureição dos valores de uso da cidade que foram engolidos e perdidos a partir do império dos valores de troca, em que tudo passa a ser mercantilizado. Neste sentido, novas práticas sociais e espaciais serão produzidas para alcançar-se algo mais justo e igualitário. Lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferente de produção do espaço urbano, marcado pelo florescimento e interação igualitária de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço.

Assim, compartilha-se a utopia de Henri Lefebvre (2008, p.104) em que, um dia, aqueles "expulsos do centro para a periferia retomem o caminho do centro ocupado pela mercadoria. Vão apoderar-se dele, com um pouco de sorte e muito discernimento". Produzirão uma nova cidade, uma obra, no sentido mais amplo: Uma obra de arte. Nossa leitura não se pretende exaustiva em torno da questão, mas apontar algumas possibilidades que se apresentam no contexto urbano contemporâneo a partir das reflexões realizadas frente às práticas espaciais que são levadas pelos sujeitos excluídos da sociedade e da cidade observados no contexto urbano brasileiro recente. Assim, vislumbra-se aqui a hipótese que podem ser esses sujeitos coletivos capazes de permitir passar das ocupações-evento para a ocupação-cotidiana da cidade. Da apropriação seletiva à apropriação extensiva do espaço urbano por todos. Da cidade vendida para a cidade usada. São algumas das utopias experimentais para uma mudança social que surgem como virtualidade no horizonte do urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. *Compêndio de metapolítica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BADIOU, Alain. The rebirth of history: Times of riots and uprisings. Londres: Verso Books, 2012.
- BENJAMIN, Solomon. Occupancy urbanism: Radicalizing politics and economy beyond policy and programs. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.32, 2008.
- BOULOS, Guilherme. A receita para acabar com as ocupações. *Folha de São Paulo* (on-line) 26/06/2014. Disponível em: www.folha.uol.com. br/colunas/guilherme-boulos/2014/061476430-receita-para-acabar-com-as-ocupacoes.shtml. Acesso em: 29/11/2014
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *Revista e-Metropolis*, n.17, 2014.
- ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- FREITAS, Luiz Fernando; MELO, Cíntia. O caso do bairro São Geraldo: mobilização social e formação de um sujeito coletivo na resistência às opressões e violações de direitos. In: *IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*, Curitiba. Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais. Curitiba, 2014.
- GOULD, Roger. *Insurgent identities*: Class, community and protests in Paris from 1848 to the Com-

- mune. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. *Rebel cities*: From the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.
- HARVEY, David. The right to the city. In: *New Left Review*, v.2, n.53, 2008.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JAMESON, Fredric. *Representing capital*: A reading of volume one. Londres: Verso Books, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. New York: St. Martin Press, 1981.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. *Revista VeraCidade*, ano IV, nº4, 2009.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. V.17, n.48, 2003.
- MARICATO, Erminia. O nó da terra. *Revista Piauí*, n.21, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. *O Capital*: Crítica da economia política. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MAYER, Joviano; ASSIS, Mariana. Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana. In: *III* Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.
- MIRANDA, Isabella. *Ocupando sonhos* a comunidade Dandara e as ocupações de terra nas cidades: Emancipação social e reforma urbana. (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- OLIVEIRA, Francisco. *O vício da virtude*: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, n.74, 2006.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade?* Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Milton. Metrópole: a força dos fracos é o seu tempo lento. *Ciência e Ambiente*, v.IV, n.7, p. 7-12, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do urbano. *Geousp* Espaço e Tempo, São Paulo, n.21, 2007.
- SMITH, Neil. *The new urban frontier* Gentrification and the revanchist city. New York: Routledge, 2005.
- SWYINGEDOUW, Erick Insurgent urbanity and the political city. In: MOSHSEN, Mostafavi (org.) *Ethics of the urban*: The city and the spaces of political. Zurique: Lars Müller Publishers,

2014.

- TONIN, Vitor Hugo. *Muita gente sem casa, muita casa sem gente*. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em um país dependente. (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2015.
- VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*: Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. *Absolute recoil*: Towards a new foundation of dialectical materialism. Londres: Verso Books, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. Architectural Parallax: Spandrels and other phenomena of class struggle. In: *Lacan ink*. 2009. Disponível em: www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/architectural-parallax/ Acesso em: 10/08/2014.
- ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no Fim dos Tempos.* São Paulo: Boitempo, 2012.



## Cidade do avesso

ada cidade, tal como cada ser humano, não se repete, é única.

Lisboa é única no território que ocupa e no modo como cresce, como acomoda e se acomoda a quem a usa. Ao longo do tempo, absorve os passos, as conversas, adapta-se a cada realidade nova que se lhe impõe insistindo em manter-se viva.

Dentro de Lisboa, mesmo dentro, o seu cerne são os espaços escondidos. Locais de escadas e marquises onde se estende a roupa, colocam-se as caixas do ar-condicionado e os tubos infindáveis dos restaurantes, locais de arrumos onde se guarda o que é feio mas porventura útil. Onde se esquece o que já serviu.

Espaços onde não se disfarça, onde se expõem as cicatrizes, os enxertos que adaptam brutalmente a cidade histórica ao presente. É o âmago do qual surgem os momentos gerados pela fusão de cada história programada ou casual de intervenção funcional no espaço.

É nesse avesso da cidade que subsistem resquícios de ruralidade; as couves, o pombal. Sons contrários à rua como o cantar do galo, a intimidade de um jantar entre amigos ou a discussão dos vizinhos. A casa estende-se e desvenda o ser e o estar dos que nela habitam.

Por inércia ou por esquecimento, os usos e as vivências sedimentam-se numa privacidade partilhada nas traseiras dos prédios, testemunho cumulativo da evolução de Lisboa e das narrativas sociais e culturais de quem a vive.

A cidade do avesso é um documento aberto, resguardado de quem a caminha mas olhado por tantos que fumam à janela num dia de inverno.

#### Maria João Gomes

Arquiteta Paisagista, doutoranda em Estudos Urbanos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em articulação com o ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.

#### Madalena Corte-Real

Socióloga, doutoranda em Estudos Urbanos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em articulação com o ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.

#### Marianna Monte

Arquiteta Urbanista, doutoranda em Estudos Urbanos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em articulação com o ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.

mariannamonte@gmail.com

## ensaio































o amanhecer do sol daqui da Terra, famílias abrem os olhos, despertam-se com a água no rosto, animam-se com um cafezinho e, só assim, encaram mais um dia de luta pela frente, até chegar a noite, quando retornam à moradia e descansam para outro dia de rotina. Já nos finais de semana, toda a força coletiva é dirigida para a realização de um sonho: a construção da casa própria e/ou, ainda, a ajuda solidária à vizinhança, a fim de consolidar sua comunidade. Todavia, o medo se faz diariamente presente, perante o cessar repentino deste sonho pelas forças externas, articuladas em torno da hegemonia do poder capitalista e legitimadas por preconceitos históricos.

Na região do Isidoro, entre Belo Horizonte e Santa Luzia, em Minas Gerais, o dia a dia de pessoas que moram em três ocupações urbanas, a saber, Vitória, Esperança e Rosa Leão, não se distancia muito da atual e dura realidade nacional e seu déficit habitacional absoluto somado em 5.792.508

domicílios (Minas Gerais, 2014), ao menos por um relevante diferencial: batalhas diárias de cidadás e cidadáos para fazer cumprir seu direito constitucional à moradia, por não aceitarem o ônus excessivo do aluguel nem se sujeitarem à coabitação familiar. E os retratos cotidianos desta mobilização civil são ocultados, abafados, calados, enfim, dissimulados por discursos público-privados, uma parceria que visa a desmobilizar a organização social e prosseguir com a produção da cidade pelas práticas mercadológicas e empresariais

Durante a trajetória acadêmica, a popularização da ciência sempre se apresentou como uma incógnita pessoal (como proceder?) e, na área de humanas e sociais aplicadas, um compromisso profissional. Na graduação, a monografia foi gravada em mídias móveis e distribuída em eventos científicos, ao passo que na pós-graduação, a tese foi publicada em formato de livro, mas a inquietação particular não cessou, pois os feitos, que ficaram restritos

a um só campo do saber, como podem ser notados? Afinal, de que modo alcançar o campo popular?

Em meados de 2014, uma resposta para as perguntas postas começou a ser delineada no final da residência pósdoutoral. O recurso audiovisual foi inesperadamente apresentado como uma solução, no momento em que a frustração caminhava novamente para "terminar a pesquisa e depositá-la na biblioteca". Assim, o planejamento de um documentário renovou o fôlego de estudos, e seu produto (Isidoro, 2014) somou ao trabalho escrito.¹ A produção de Isidoro – quando o discurso dissimula o cotidiano fundamentou-se na reunião entre a teoria e a prática, esta por via de entrevistas com representantes de cerca das oito mil famílias das ocupações Vitória, Esperança e Rosa Leão

<sup>1</sup> A pesquisa contou com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (bolsa de Pós-doutorado Júnior – Programa Básico de Planejamento Urbano e Regional, processo 160002/2012-5).

e, também, da rede organizacional e técnica, como as Brigadas Populares, a Comissão Pastoral da Terra, os Arquitetos Sem Fronteiras do Brasil e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, além da comunidade Dandara.<sup>2</sup> As filmagens ocorreram no inverno de 2014, nos dias 2, 4 e 5 de agosto.

O recurso visual se fez presente na realização do documentário, particularmente por causa da fotografia ter uma realidade própria, "[...] construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado [...]." (Kossoy, 1999, p. 22). Esta realidade interior dá sentido à expressão imagética desejada e, por conseguinte, vem a contribuir com a linguagem escrita. A partir da essência dos registros fotográficos, as ocupações ganham sujeitos personificados, cujos rostos evidenciam marcas do dia a dia, da vida. E distintos sentimentos podem ser identificados pelos semblantes capturados, porém, como idealizador da realidade dos documentos, o conteúdo sentimental mais demonstrado pessoalmente e, portanto, marcante é o da esperança – esperança de sensibilizar autoridades e permanecer naquele cantinho.

Por outro lado, os retratos cotidianos apresentados são dissimulados por discursos do poder municipal e da Granja Werneck S/A, um grupo empresarial que requer a posse privada de mais de um terço da região, com o total aproximado de 933 hectares. Legalizada pela Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, 2010), esta parceria público-privada é encarregada de idealizar uma ocupação planejada, ordenada, racional e sustentável, com a preservação do meio ambiente, como a solução forçosa para proibir e inibir as invasões desorganizadas, irregulares, vandalizadas e não desejáveis, as quais são responsáveis pela devastação ambiental. Esta criminalização ambiental e sua perversa acusação, isto é, a de culpa da degradação ecológica seria de pessoas mais pobres, aproximam-se, até mesmo, de uma criminalização da pobreza (Teodoro, 2014).

Embora seja uma culpabilidade historicamente falsa, a sobreposição do argumento ecológico sob o social desaparece quando você anda nos territórios Vitória, Esperança e Rosa Leão e, rapidamente, as moradoras e os moradores veem e seguem a conversa com a seguinte frase de efeito: "Aquela ali é minha casa... Está vendo? Passa lá depois!". Estranhado por

muitos e menosprezado por alguns, este orgulho é acompanhado pela luta histórica: o questionamento do preponderante valor de troca do espaço, firmado em seu lucro e proveito, e a conquista simbólica de um pedaço de terra, um direito renegado há muito tempo. E, desta maneira, manifesto a profunda gratidão a guerreiras e guerreiros das ocupações do Isidoro, por seus protagonismos ajudarem a refletir sobre alteridade e, assim, quebrar preconceitos – um sentido para a popularização a ciência. Acreditem, suas lutas continuam a iluminar minhas noites e fortalecer meus dias, mesmo distante fisicamente. #ResisteIzidora

## **REFERÊNCIAS**

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei n. 9.959, de 20 de julho de 2010. Altera as leis n. 7.165/96 e n. 7.166/96, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2010.

Isidoro – quando o discurso dissimula o cotidiano. Roteiro: Pacelli Teodoro. Direção: João Freitas. Belo Horizonte: F Imagens, 2014. 1 vídeo digital HD (146 min.), on-line, son., color. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=hbwr0aSwhFk">https://www.youtube.com/watch?v=hbwr0aSwhFk</a>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. Cotia: Ateliê, 1999. 152 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte: Ed. FJP, jun. 2014. 19 p. (Nota técnica, 1).

TEODORO, Pacelli H. M. O urbanismo ambiental e os projetos de cidade: ecológica, sustentável e saudável. 2014. 135 f. (Pós-doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

Pacelli Henrique Martins Teodoro é licenciado, bacharel e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). phmteodoro@hotmail.com

<sup>2</sup> Recomenda-se o documentário "Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito" (2013), por Carlos Pronzato.

Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/">https://www.youtube.com/</a> watch?v=FQ4zbXaZHGY>. Acesso em: 26 ago. 2015.























## **Emilio Pradilla**

# A cidade latino-americana em seu labirinto

Emílio Pradilla é arquiteto, professor e pesquisador da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco, México DF, México.

CEDINS: Hoje em dia, qual seria o conceito de cidade? Hoje em dia temos não apenas o núcleo urbano, mas toda uma extensão desse núcleo a partir de fenômenos de conurbação, de "ruralidades urbanas". O que seria, portanto, hoje, o conceito de cidade?

Emilio Pradilla: A cidade é, em primeiro lugar, concentração. É concentração territorial de povoação, concentração territorial de atividade econômica, de relações sociais, de cultura. O elemento definidor de cidade é a concentração, mas especialmente a concentração de relações sociais. Isso, evidentemente, é algo que se modifica no tempo. Desde o início do século XIX, as cidades são compactas, delimitadas, têm um fim. Com os processos posteriores aos anos 1960, quando se dá todo o processo de metropolização em muitas grandes cidades da América Latina, esta ideia do finito, do "delimitado", daquilo que diferencia a cidade do campo, come-

Entrevista realizada por

## CEDINS - Corporación para la Educación y la Investigación Popular

é uma corporação que promove o desenvolvimento de propostas de pesquisa, educação, capacitação, comunicação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras, e demais setores populares, parceiros na construção de alternativas integrais que propiciem a acumulação de forças rumo a uma sociedade com democracia plena e bem-estar.

Fonte: https://youtu.be/NknVkrDwn\_w

Tradução: Pedro Paulo Machado Bastos, administrador público, mestrando em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles.

ça a se diluir. As cidades crescem muito significativamente, em termos populacionais, e de atividades também. O surgimento da indústria gera processos de dispersão. Além da ideia de metrópole, também há outra de megalópole, ainda que, para mim, esse conceito não me satisfaça por completo. Poderíamos falar de cidade-região, onde já não é só a discussão de uma grande metrópole ocupando o território, mas sim a existência de uma constelação de grandes cidades que se organizam a uma relativa distância, entre as quais se intensifica, notoriamente, o fluxo de pessoas, informação, mercadorias, sobre a base de redes densas de infraestrutura e serviços que dão essa imagem de uma região urbanizada. Então, hoje em dia, poderíamos dizer que a cidade não tem um limite preciso, que suas periferias são difusas, arquipélagos de assentamentos humanos, e um custo social.

CEDINS: Antes de tudo, façamos uma excursão teórico-metodológica: na Colômbia, ultimamente tem-se trabalhado nos meios acadêmicos os trabalhos do David Harvey. Como se sabe, ele retoma a ideia de que o espaço não é um simples recipiente, e sim que o capital constrói seu próprio espaço. Qual seria a especificidade da acumulação de capital em relação às cidades de hoje em dia, mas, particularmente, na América Latina?

EP: Esse tema é relativamente muito amplo. Primeiramente, eu diria que existem continuidades de acumulação em relação aos tipos de cidades anteriores, começando por cidades que se formaram precisamente a partir dos processos de industrialização no marco do que poderíamos chamar de Estado intervencionista - isto é, o padrão de acumulação com intervenção estatal. Não podemos falar que o neoliberalismo cria uma cidade totalmente nova – e quem pensa assim, na minha opinião, está exagerando. Não. Existem continuidades; há processos que começaram desde muito antes na cidade capitalista latino-americana. E há processos também que são, evidentemente, parte constitutiva do padrão neoliberal de acumulação de capital. Assim, eu diria que, primeiro, a grande especificidade se trata do processo de privatização do público, de tudo aquilo que, construído pela sociedade, aparece sob o controle dos Estados latino-americanos - um controle não necessariamente democrático tampouco progressista. Nisso, o que mais atinge a nós é a privatização dos aparatos públicos urbanos, a privatização daquilo que consideramos como parte constitutiva estruturante da cidade: as infraestruturas e os serviços sociais. Ou, em suma, os espaços públicos. Creio que esse é um dos pontos mais substanciais introduzido pelo padrão neoliberal, que desmantela o sistema público urbano. A transferência do público ao capital privado provoca uma mercantilização plena de todos esses elementos, como a mercantilização da rua, por exemplo. Na Cidade do México, é muito notória a presença da publicidade. Em todas as partes da cidade aparecem esses anúncios publicitários de grandes empresas etc. Ou seja, há uma mercantilização da paisagem visual da cidade, das vias, das ruas, sobretudo em zonas centrais. Porém, há o outro lado dessa moeda também, que seria a privatização afetando os setores populares a partir de atividades de subsistência. Assim, deparamo-nos aí com um fato de mercantilização plena das cidades.

CEDINS: O que dizer, então, dessa proliferação que parece ser uma característica mundial do que conhecemos como centros comerciais, isto é, os *shopping centers*, que criam cidades fechadas dentro das cidades, mas de feições apenas comerciais?

EP: Sim, são comerciais e, portanto, privados. Ou seja, a mercantilização se manifesta de uma forma muito significativa com o desenvolvimento da "terceirização" das cidades latino-americanas, cujo elemento determinante, eu diria, se traduzem nos processos de desindustrialização das cidades, correspondentes, em parte, às dos países latino-americanos. É o que o Pierre Salama chama de "desindustrialização precoce", "relativa", dos países latino-americanos. Nas cidades, o reflexo desses processos é mais notório por coincidirem, por um lado, com os processos de abertura comercial que incitam a instalação de um maior número de empresas dentro dos nossos territórios, mas enfrentando, ao mesmo tempo, a estrutura produtiva dos países hegemônicos do capitalismo em condições de desigualdade, particularmente as pequenas e médias empresas. Esse enfrentamento também pode se dar quanto à reestruturação dos processos produtivos do grande capital transnacional. Por outro lado, vê-se uma valorização bastante intensa dos territórios ocupados pela indústria dentro das cidades. A indústria se instalou quando as cidades estavam se expandindo, fazendo com que essa expansão, ao cabo, tornasse a localização delas em lugares, muitas das vezes, estratégicos. Portanto, como o preço do solo nesses locais encareceu - hoje é muito alto -, as indústrias conseguem recuperar uma grande quantidade de capital com a venda dos terrenos instalando-se em lugares diferentes ou desmantelando-as para entregá-las ao capital imobiliário financeiro. Nesse sentido, essa desindustrialização determina uma correlação simples, um problema básico de matemática. Determina o crescimento do setor terciário, já que o setor agrário tende a decrescer continuamente. Porém, em segundo lugar, a saída das indústrias e a intensificação da composição orgânica do capital nas empresas industriais gera cada vez mais uma incapacidade dessa estrutura produtiva de absorver população trabalhadora. Eleva-se, portanto, o que chamamos de "massa de superpovoação relativa nas cidades". Cresce o exército industrial de reserva que sobrevive basicamente com atividades terciárias através da informalidade, ou seja, com atividades de subsistência que, por natureza, são essencialmente terciárias.

CEDINS: Na Europa e nos Estados Unidos tem-se falado muito sobre a hipertrofia do setor terciário ao relacioná-lo com a mudança nas características tecnológicas do capitalismo contemporâneo. Ou seja, fala-se de um capitalismo "cognitivo", que incita formas precarizadas de contratação do trabalho. Então, nesse sentido, tem muita gente que não trabalha mais na fábrica, mas sim dentro de um tecido laboral muito mais amplo, submetido ao capital, embora não se trate mais da clássica indústria. Assim, pode-se afirmar que esse processo de desindustrialização não é um fenômeno próprio da periferia latino-americana, mas que no próprio centro do capitalismo estaria ocorrendo, igualmente, uma tendência de crescimento das cidades, mesmo que elas já não tenham mais para onde crescer comparadas às nossas...

EP: Evidentemente, essa temática, que é de grande importância, nos levaria a refletir sobre muitos temas diferentes. Por exemplo, a temática de como a composição orgânica do capital tem se elevado nos setores produtivos a partir da mudança tecnológica incessante e outra de como se precisa cada vez menos de população, isto é, de cada vez menos força de trabalho, para produzir o mesmo que se demandava anteriormente. Isso nos leva a uma discussão relacionada à economia do conhecimento, sobre a qual tenho muitas observações críticas. Mas, para não nos estendermos tanto nesse terreno e voltarmos aos nossos temas latinos, gostaria de apontar que nossa terceirização poderia ser definida como uma terceirização espúria,

por tratar-se da terceirização que se alimenta, fundamentalmente, dessa sobrepopulação relativa que sobrevive em atividades de rebusque [atividades biscateiras, em tradução livre], como vocês dizem aqui na Colômbia. Uma massa enorme de população, que chega a 60% na América Latina (130 a 150 milhões de pessoas), segundo dados estatísticos oficiais, está envolvida nesse tipo de atividade de subsistência. A renda dessas pessoas é muito baixa; não chega a equivaler a um salário industrial. Além dos biscates, a informalidade também engloba atividades relacionadas a serviços pessoais, em que muitas delas podem ter um caráter ilegal. Ou seja, temos aí o setor popular da população, em geral, sobrevivendo com essas atividades, muitas das vezes, sob formas quase de escravidão, enquanto, por outro lado, vê-se esse looping burguês, o de uma burguesia mafiosa que acumula capital à custa dos setores populares. Assim sendo, na América Latina, esse é o tipo de terceirização que temos e por isso que eu digo tratar-se de uma terceirização espúria, dominantemente informal, de baixa produtividade e que, contudo, vive e existe fundamentalmente em prol do setor produtivo. Minha crítica é quanto a essa suposta economia do conhecimento, que aparece desvinculada totalmente à produção, quando isso não é real. Essa atividade do conhecimento se sustenta em instrumentos tecnológicos, computadores, sistemas de satélite, telefones celulares - enfim, em toda uma parafernália que sai da indústria. Portanto, o que temos que ver é como esse movimento de "tecnologização" faz com que o setor terciário continue sendo absolutamente dependente da dinâmica da produção industrial, e não de sua própria dinâmica. Para mim, isto é importante de refletir sobre esse tipo de terceirização espúria conferida à América Latina.

CEDINS: A forma-cidade incita problemas que, na trajetória da ordem do modo de produção, quase sempre impactam o tema ambiental. O que poderíamos dizer do futuro quanto à relação cidade-campo?

EP: Eu começaria dizendo que a cidade não é, em si mesma, a única e a fundamental causa do desastre ambiental. São muitos os fatores somados a isso. Nós mesmos, enquanto população, independentemente da nossa posição social, somos devoradores e destruidores da natureza. E não temos a preocupação de cuidar daquilo que temos. A forma-cidade é, por concentração, altamente contaminante e destrutiva. Se pensarmos nesse esquema, a contaminação poderia atingir pelo menos 20 milhões de habitantes da zona metropolitana do Vale do México. É uma região gigantesca! São 20 mil toneladas diárias de

lixo, além da contaminação da água e etc. E, diante disso, parecemos estar de acordo... Por outro lado, se acabássemos com a cidade por essas questões, estaríamos acabando com esses gigantes 20 milhões de habitantes - ou de 30, como é o caso de Tóquio e Yokohama -, implicando também numa destruição das condições materiais de acumulação de capital e de reprodução social: moradias, hospitais, escolas, sistemas de água potável, sistemas de energia elétrica, etc. Mudaríamos radicalmente todas as estruturas culturais... A cidade já existe há muitos séculos, e são muitos séculos de acumulação. Quantos séculos nós levaríamos para desmontá-la? Não me atreveria, neste momento, a pensar se isso seria algo bom ou viável. Não sei. Hoje em dia, a sociedade é 80% urbana. Chegaremos à quase urbanização total da sociedade em pelo menos 30, 40 anos... A agricultura será, em grande medida, feita em instalações assimiláveis ao espaço urbano. Desmontar as cidades seria refazer toda a história da humanidade outra vez. Além disso, o mundo sempre funcionou com utopias que nunca se cumpriram. E as formulações do Harvey são boas; têm um valor substancial por, na época do neoliberalismo, ele ter continuado citando textos e autores que iam de encontro com suas ideias. Bem ou mal, eu concordo que o mundo sem mercadorias seria um grande fenômeno. E isso é algo que estou de acordo já há muitos anos, desde que era jovem, na universidade. Existe uma frase que diz que é mais fácil fazer uma revolução, e que seja sólida, do que desmercantilizar o planeta. [...] De todo modo, admiro e respeito muito a ideia de que as utopias possam servir para construir formulações e teorias, muito embora a parte prática seja outra história, porque se trataria de um processo social.

CEDINS: Voltando à metodologia do Harvey, e considerando os movimentos sociais de base socioterritorial, que também disputam o espaço e a construção deste, poderíamos dizer que o capital não só constrói o espaço, como também constrói a contradição entre ele e os movimentos. O que poderíamos dizer, então, dessa contradição - se é que existe contradição, a respeito da construção do espaço?

EP: Eu enumeraria três características que são próprias da transformação neoliberal, mas acrescentando outras duas que também são tão substanciais quanto às três primeiras. Em primeiro lugar, apontaria a aparição do capital imobiliário financeiro, em sua íntima relação. Um capital financeiro, em grande

medida transnacionalizado, penetrado pelo capital especulativo mundial que começou a ocupar lugar onde antes ocupavam o que chamamos de processos de ocupação irregulares do solo e da autoconstrução habitacional. Estamos de acordo que isso fez parte do período da expansão industrial, da urbanização acelerada do intervencionismo estatal. Essa contradição é tão viva que, o setor popular, através desses mecanismos de ocupação irregular do solo e de autoconstrução, chegou a produzir até 60% do tecido urbano das cidades. Priscilla Connolly, uma pesquisadora mexicana, chama a questão da produção popular do habitat na cidade de paradigma latino-americano. Assim, o capital imobiliário financeiro, mediante a transformação do Estado de interventor a facilitador, ou seja, em subsidiário do capital privado e do capital imobiliário financeiro, tem ocupado espaços que antecedem a própria ocupação estatal. Esta é, portanto, a grande expressão dessa contradição social, o problema que eu queria assinalar. A produção de habitação de interesse social pelo capital imobiliário é algo específico dos anos 90 para cá. É um marco introdutório das políticas neoliberais, quando o Estado deixa de ser o promotor dessa política para tornar-se, simplesmente, em banco hipotecário que financia e "irriga" o capital imobiliário financeiro. É uma mudança substancial. Vê-se uma acentuação do conflito entre o Estado e os setores populares. Tem sido cada vez mais rara a permissão do Estado à ocupação irregular de terrenos, criando, por outro lado, mecanismos através dos quais ele consegue facilitar o acesso do capital imobiliário financeiro a certas áreas da cidade ocupadas pelos setores populares. Isso dá início ao processo de expulsão da população dessas áreas, muitas delas estratégicas tendo em vista os projetos de reconstrução e reprodução da cidade, como a verticalização etc.

CEDINS: Isso tudo implicaria, por sua vez, numa redefinição do que consideramos o espaço público?

EP: Também, implica. Mas, em primeira estância, trata-se da resposta do Estado como facilitador à ação do capital imobiliário financeiro, que está substituindo-o como criador de emprego — porém transitório, de baixa remuneração e baixa qualificação. Em suma, os governos, incluindo os ditos de esquerda, estão se transformando em facilitadores da ação do capital imobiliário financeiro. Tal fenômeno produz um movimento de contradições entre o Estado e os moradores da cidade, os habitantes urbanos. E são velhas contradições de sempre, entre o habitat popular, a produção popular da moradia etc. No

entanto, agora, o capital privado aparece como um ator diferente nessa contradição. Existem setores médios da população, ou seja, de classe média, e às vezes, alta, que também se veem afetados pela ação do capital imobiliário. É o caso muito claro, na Cidade do México, dos bairros tradicionalmente populares, que começam a sofrer a ação do capital financeiro na construção e reconstrução verticalizada em conjunto ao Estado, que começa a introduzir obras de infraestrutura para os veículos particulares.

CEDINS: Como poderíamos entender a relação atual entre o poder real, que alguns o atribuem ao poder do capital financeiro imobiliário, e o poder formal, ou seja, o político? Como associar essa relação com os governos que se dizem progressistas? O que favoreceu a instalação desses novos governos, mas diante desse poder real, que impera?

EP: Bom, as grandes cidades, em geral, são uma espécie de "receptáculo" das camadas médias. Camadas médias com níveis de educação muito mais altos do que em outras classes, que, por sua vez, sofrem maiores conflitos sociais. Se analisarmos a proporção entre pobres urbanos e pobres rurais, a variação a favor da pobreza urbana é muito maior. E a maior parte da pobreza está nas cidades, sobretudo na América Latina. É uma massa de população muito grande, absolutamente concentrada em um espaço relativamente limitado. Então, as grandes cidades são locais de altos índices de conflito e, portanto, são inclinadas à gestão e políticas públicas do tipo "progressista". Ao longo da última década – há mais tempo no Brasil, e mais recentemente no México -, temos tido maiores experiências do gênero, de um viés de "esquerda". Eu acho que são estes os dois fatores que explica a relação: a existência, nas cidades, de camadas com um nível educativo muito alto, que dispõem de um nível de esclarecimento e financeiro muito maior, mas permeadas por altos índices de conflitos sociais que exigem governos progressistas.

CEDINS: Então, esses conflitos acabam sendo uma válvula de escape eleitoral, de alternância de governos de esquerda e direita...

EP: Isso, é o que conduz a uma saída, ou a uma esperança, digamos assim, de termos opções de governo diferentes, progressistas. Por outro lado, o problema é que estamos falando de opções muito diferentes.

O governo chileno, com seu partido socialista, é de um jeito, e que, por sua vez, é diferente do governo venezuelano de Chávez e, agora, de Maduro, ou então, distinto ao governo de Evo Morales, na Bolívia, ou aos governos do PT, no Brasil. Estamos falando, então, inclusive, de histórias distintas, de progressos históricos de formação de forças políticas diferentes, e, em muitos casos, de alianças de partidos que se denominam de esquerda, mas com grupos de centro--esquerda e, não raro, com grupos de centro-direita. Alianças formais, outras informais. Há uma enorme heterogeneidade nesses governos, que se manifestam quando conseguem chegar ao poder. É muito complicado tecer comentários sobre os governos de esquerda nas cidades da América Latina. Teríamos de dizer que são governos de muitas esquerdas diferentes em áreas de discussão.

CEDINS: Pelo menos, ultimamente, podemos dizer que, mesmo nesse viés neoliberal, existe uma questão em comum nesses governos: a tentativa de recuperação de intervencionismo do Estado.

EP: Isso é generalizável. Muitos têm tentado recuperar, um pouco, o papel do Estado na vida pública e na gestão dos serviços públicos, mas é algo geral, pouco específico. A questão que eu diria se destacar como a mais comum é a de uma política social que tende a ser uma política assistencialista: "você, homem adulto, te dou meio salário-mínimo para comprar teus remédios", "você, mãe solteira, te dou meio salário-mínimo para isso...", "você, deficiente físico...", "você, aquilo"... Enfim... É uma política de assistencialismo. Não são políticas de direitos universais garantidos por governos locais; tem esse lado. Por outro lado, são governos que não tem muitas funções de política econômica; repousam sobre os governos centrais, evitando entrar em certas questões e causas que lhes caberiam perfeitamente como responsabilidade.

## CEDINS: Não entram nessas questões para evitar problemas...

EP: Sim, para evitar conflitos, então acabam não atuando naqueles nichos da vida econômica em que poderiam estar tomando frente. Por exemplo, é o caso típico da desindustrialização. Os governos locais, ao invés de enfrentar esse processo, criando condições melhores e mais sustentáveis para a indústria, adotam a política desindustrializadora sem que percebam estar cavando a própria tumba! Algo que os levará, inevitavelmente, a que tenham de optar pela política de

apoio e, muitas das vezes, de promoção da ação do capital financeiro. Mas, aí, varia de governo para governo. Existem governos como o da Cidade do México que, desde López Obrador, decidiram por construir elevados rodoviários na cidade. Primeiramente, sem cobrança de pedágio, mas os governantes seguintes foram introduzindo a modalidade paga até mesmo surgir a ideia de expansão desse modelo para, além de elevados, construir túneis pagos. E assim começou toda uma ação que, em última estância, privatiza a cidade, não? Assim sendo, existe, por um lado, certo reconhecimento da fragilidade social que vai muito mais além da esfera econômica. Em segundo lugar, existe uma política social que nem sequer parece tratar-se de uma luta efetiva contra a pobreza, apesar de que a pobreza se concentra majoritariamente nas grandes cidades, que, em certa medida, reproduz o assistencialismo focado em grupos sociais. Em terceiro lugar, são conflitos que se enredam nessa contradição de que o único setor relativamente dinâmico que se destaca na cidade é o da produção imobiliária efetuada pelo capital imobiliário financeiro nacional e transnacional. Em quarto lugar, se enredam também no fato de que os transportes públicos são custosos, requerem financiamento. Então, os governos optam pela saída fácil: a parceria público-privada. Dito de outro modo, optam pela associação imediata com o capital privado, que põe automaticamente o Estado numa posição de debilidade frente ao capital privado, que impõe regras a favor de sua rentabilidade. Sua taxa mínima de rentabilidade vem dos fundos públicos. Se não alcançam essa rentabilidade, o Estado passa a dever-lhes um financiamento. Então, realmente estão enredados numa teia dominada sobretudo pelo pragmatismo na medida em que não existe mais projeto de cidade. Os movimentos políticos, em geral, carecem de agendas urbanas. A cidade representa atualmente 80% da vida econômica e social da população nos nossos países da América Latina e os partidos de esquerda não introduziram em suas agendas projetos de cidade. Chegam, simplesmente, para gerir aquilo que já existe; atuam pragmaticamente frente a forças que se converteram em do-

minantes, como o capital imobiliário financeiro em primeiro lugar; em segundo, toda a engrenagem da indústria automobilística, as transnacionais automotrizes etc., e o avanço contínuo do automóvel. Este último caso, em particular, consome toda a capacidade de ação ao que deveria ser um desenvolvimento massivo dos serviços de transporte público.

CEDINS: Como propor uma agenda que seja urbana? Como trabalhar em diversos planos, politicamente falando, a favor do movimento social?

EP: O movimento social tem aparecido em conjunturas e lugares específicos, em prol de um objetivo que, entendo, parecer ser difícil, às vezes. Ou seja, transformar as reivindicações em propostas alternativas é difícil. Mas temos toda uma grande amálgama de problemas que se manifestam em movimentos sociais e urbanos que é um material de enorme riqueza, capaz de criar um debate político forte e apto a encontrar uma alternativa que consiga se conjugar às ações dos governos neoliberais. Existe marginalidade porque existem contradições sociais, porque são as contradições entre o capital financeiro imobiliário e o Estado. São contradições entre esses dois e os setores populares. Nesse jogo de forças, existem pontos onde se pode atuar. Creio que o capital financeiro tem a possibilidade de ser submetido a certas regulações, a certas exigências... temos a experiência nos países europeus, por exemplo, que viveram sob regulações que permitiram melhorar as condições de vida da população. A função do capital é acumular, e para acumular, faz qualquer coisa, incluindo a provocação de desregulamentações, sobretudo se estas contarem com o peso do governo local. Um peso-chave, importante, não? Não estamos falando de ilusões aventureiras: existe, sim, uma base de legitimidade política nisso tudo. Então, à vista disso, eu penso que existem muitas possibilidades de atuação, mas que vão de encontro à alternativa mais simples e menos "conflitiva", que é a de estar de acordo com o capital.

## REALIZAÇÃO



### **APOIOS**







